



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

RESOLUÇÃO Nº 149/2025

De 15 de julho de 2025

SÚMULA: Altera o Regimento Interno -
Resolução 87/2014 - e dá outras
providências.

O Sr. **CLEOMAR ETERNO DE CAMPOS**, Presidente da
Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas
atribuições legais, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 18, 31, 34, 44, 47, 53,
54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 159,
160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno),
passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º. As sessões da Câmara exceto as solenes, que poderão
ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente, pôr local a
sua sede, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela,
observado o disposto no Artigo 30 parágrafo único, **inciso XI** da
Lei Orgânica, sob pena de ser declaradas nulas as que se
realizarem fora da sede sem autorização do plenário.

.....

.....

Art. 4º. Dentro da legislatura está compreendido 4 sessões
legislativas no qual deverá o poder legislativo se reunir pelo
menos em 04 reuniões, iniciando os trabalhos legislativos em **01**
de fevereiro e termino em 22 de dezembro de cada ano.

.....

.....

Art. 6º. (...)

(...)

§2º. O Vereador que deixar de tomar posse na data prevista,
deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias do funcionamento
normal da Câmara sob **pena de perda** do mandato, salvo motivo
justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

.....

.....

Art. 11. (...)

(...)

VI – Após aprovação pelo plenário, expedir Decreto Legislativo dispondo sobre:

- a) licença do Prefeito para afastamento do cargo;
- b) autorização do Prefeito por necessidade de serviço a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
- c) Julgamento das Contas do Prefeito.

VII – Após aprovação do Plenário, expedir Resolução dispondo sobre:

- a) licença de Vereador para afastamento do Cargo;
- b) criação de Comissões Especiais de Inquérito previstas neste Regimento.
- c) A Licença de vereador para ocupar cargo de Secretário Municipal dispensa aprovação em plenário.

Art. 16. (...)

§1º. (...)

§2º. Durante a sessão destinada à eleição da Mesa Diretora para o primeiro ano da legislatura, os trabalhos poderão ser suspenso por 15 (quinze) minutos, a fim de permitir o registro das chapas concorrentes, conforme as disposições do art. 18.

.....

.....

Art. 18. (...)

(...)

§ 1º. A votação será nominal e aberta, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos. A identificação dos candidatos e respectivos cargos deverá constar em cédula impressa ou manuscrita.

(...)

§4º. É vedada a reeleição de qualquer membro da Mesa Diretora, para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§5º. O registro das chapas deverá ser realizado por meio de protocolo até uma hora antes do início da sessão destinado à eleição da Mesa Diretora.

§6º. O nome de um vereador não pode constar em mais de uma chapa, prevalecendo aquela cujo protocolo tiver sido realizado por último, desde que contenha a assinatura de todos os seus membros.

§7º. No caso de registro de chapa que inclua o nome de vereador anteriormente inscrito em outra chapa, ou havendo protocolo de desistência formal do candidato, será permitida a suspensão dos trabalhos da sessão por até 30 (trinta) minutos, a fim de possibilitar à chapa prejudicada a substituição do referido nome.

§8º. Caso, na data da eleição, não haja nenhuma chapa registrada, será permitida a inscrição no momento da sessão, sendo suspenso os trabalhos por até 15 (quinze) minutos para registro da chapa.

§9º. Em caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de presidente for o mais idoso entre os concorrentes.

.....

.....

Art. 31. As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos vereadores da Câmara em caráter permanente ou temporário, destinadas a realizar estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o legislativo.

§1º. (...)

§2º. Será constituído Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com regulamento próprio para aplicação de penalidades aos parlamentar que agirem em desacordo com os princípios éticos básico de decoro definidos em Código de Ética, Regimento Interno, Lei Orgânica, Constituição Federal e outras legislações.

.....

.....

Art. 34. (...)

(...)

§3º. As reuniões das comissões poderão ocorrer de forma remota ou híbrida, sem limitação quanto ao número de participantes, desde que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses:

I – Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade, sendo autorizadas a participação e a votação remotas;



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

II – Em situações devidamente justificadas e autorizadas pelo Presidente da Comissão;

III – Em casos regulamentados pela comissão competente, desde que estejam de acordo com as hipóteses e os motivos previamente estabelecidos para a autorização.

§4º As reuniões remotas/digitais ou híbridas, na forma online por meio de aplicativos disponíveis nos termos dispostos nas hipóteses devidamente regulamentadas deverão seguir o seguinte:

I - As reuniões das comissões ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de “reunião digital”, poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo a devidamente publicado.

II - Todos os vereadores membros das comissões poderão participar das reuniões por meio digital nas hipóteses previstas no §3º deste artigo sem limite de participação anual.

III - As votações dos pareceres das comissões seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah, ficando obrigado o vereador que participar de forma remota a assinar o parecer e ata da comissão até a data da sessão de votação da proposição.

IV – Nas hipóteses que houver problemas de conexão por parte do vereador que for participar de forma remota, poderá ser dado uma tolerância de até 05 minutos para acessar o link disponibilizado.

V – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Comissão solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

.....

.....

Art. 44. (...)

§1º. O Presidente da Comissão designará o Relator no prazo de três dias, o qual terá dez dias para apresentação do parecer, podendo ser prorrogado em igual prazo nas situações em que forem necessárias.

(...)



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§3º. Findo o prazo sem que a Comissão designada tenha emitido parecer, o Presidente da Câmara nomeará uma Comissão Especial de três membros para emitir parecer no prazo improrrogável de cinco dias.

§4º. Findo o prazo previsto no parágrafo anterior com ou sem a emissão de parecer, a matéria será incluída na ordem do dia para deliberação.

§5º. (...)

I - O prazo para a comissão emitir parecer será de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão;

II - O Presidente da Comissão terá o prazo de dois dias para designar um relator;

(...)

V - O processo não poderá permanecer na comissão por prazo superior a 20 dias, ultrapassando este prazo o Projeto na forma em que se encontrar será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária.

.....

.....

Art. 47. (...)

§1º. Sempre que a comissão solicitar informações do Prefeito fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 44, iniciando novamente a contagem após a resposta da solicitação para a comissão emitir o seu parecer.

.....

.....

Art. 53. Conforme previsto na Lei Orgânica, ao final de cada sessão legislativa, a Câmara elegerá, por **voto secreto** e entre seus membros, uma Comissão Representativa. Essa comissão deverá refletir, na medida do possível, a proporcionalidade partidária da Casa e atuará durante os períodos de recesso das sessões legislativas ordinárias.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 54-C. (...)

§1º (...)

a) (...)

I – Na ordem do dia durante o debate da denúncia/requerimento o denunciante poderá fazer todos os atos de acusação, argumentação e defesa para aprovação do pedido para abertura de procedimento adequado.

II – No caso de terceiro denunciante, este será comunicado da data de votação para que caso queira participe do debate defendendo os argumentos e fundamentos para que sua denúncia seja aprovada.

III – O vereador impedido de votar, poderá participar de todos os atos acusatórios durante o debate para votação da denúncia.

(...)

§2º. Os vereadores terão tramitação diferente quanto a criação de comissões processantes, se houver abertura de procedimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

I - Nas hipóteses em que o vereador tiver cometido uma infração disciplinar em que o Conselho de Ética indicar a penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, o parecer será remetido à Comissão de Justiça e Redação para posterior encaminhamento ao plenário que decidirá por maioria absoluta pela aplicação da penalidade ou arquivamento por meio Decreto Legislativo.

II - Nas hipóteses de o Conselho de Ética indicar a **penalidade de perda do mandato**, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer e posteriormente encaminhará ao plenário que receberá a denúncia caso 2/3 votem pelo prosseguimento, caso contrário será arquivada conforme alínea "e" do §1º deste artigo.

a) Caso seja recebido a denúncia, será instituído na mesma sessão Comissão Processante nos termos da segunda parte da alínea "b" do §1º deste artigo ou os membros do Conselho de Ética.

b) A Comissão Processante seguirá o rito disposto a partir da segunda parte da alínea "e" do §1º deste artigo.

c) A Comissão Processante poderá aproveitar todos os atos do processo da Comissão Disciplinar, podendo inclusive optar por



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

emitir parecer final sem a necessidade de mais diligências nos termos da alínea “g” do §1º deste artigo.

§3º. Denúncias que demonstrem situação perda do mandato do vereador poderão iniciar por meio de Comissão Processante nos termos do parágrafo único, caso não tenha se iniciando nem um procedimento disciplinar no conselho de ética e decoro.

§4º. A decisão de arquivamento de denuncia para abertura de comissão processante em face de um vereador poderá ser encaminhado ao conselho de ética para verificação de possível infração disciplinar conforme código de ética.

.....

.....

Art. 63. (...)

(...)

§2º. As Atas das sessões anteriores ficarão a disposição dos vereadores em até vinte e quatro horas que antecedem a sessão, será lida no início da próxima sessão, no expediente, discutida e votada no expediente, salvo se as sessões ocorrerem em prazo diferente do semanal não havendo tempo hábil para redigi-la.

.....

.....

Art. 73. Se qualquer Vereador cometer dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as providências previstas no Código de Ética.

Parágrafo único. Para manter a ordem do recinto da Câmara, o Presidente poderá suspender a sessão e tomar as medidas necessárias até restabelecimento da ordem.

.....

.....

Art. 76. Dar-se-á a convocação do suplente apenas nos casos de vaga ou licença em prazo superior a 30 (trinta) dias, investidura do Vereador no cargo de secretário do Município, ou nos casos de impedimento em que a lei ou regimento indiquem a necessidade de convocação do suplente.

§1º. Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado por questões de saúde de assumir o



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

exercício do Mandato, dando ciência por escrito à Mesa Diretora, que convocará o suplente imediato, após a apresentação em plenário e posterior registro nos Anais da Casa.

(...)

§3º. O Vereador que se licenciar por motivo de saúde, com assunção de suplente, poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo da licença, desde que apresente atestado médico informando o restabelecimento de sua saúde e que o seu retorno seja aprovado em Plenário.

§4º. Ocorrendo vaga e não havendo suplente o Presidente da Câmara Comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral para se realizar eleição para preenche-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§5º. O suplente de Vereador, quando convocado em caráter de suplência, não poderá ser escolhido para os Cargos da Mesa Diretora, Presidente ou Vice-Presidente de Comissão Processante.

§6º. O suplente para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do mandato.

.....

.....

Art. 78. As vagas da Câmara verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia; e

III – perda de mandato.

§1º. Perderá o Mandato e assim será declarado pela Mesa da Câmara, assegurado ampla defesa:

I - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;

II - Revogado

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

IV - fixar residência fora do Município;

V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

§2º. (...)

(...)



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

IV - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

Art. 79. A renúncia do Vereador deverá ser formalizada por escrito, mediante documento dirigido à Câmara e devidamente protocolado. A vaga será considerada aberta independentemente de deliberação plenária, devendo o teor do pedido ser lido em sessão pública ou publicado no portal oficial ou no diário oficial adotado pelo Poder Legislativo.

§1º. Considera-se, também, haver renunciado:

I - O Vereador que se recusar a prestar o compromisso do §6º do art. 6º deste Regimento; e

II – O vereador que, convocado, não se apresentar para tomar posse e entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada de ofício pelo Presidente após o protocolo do respectivo pedido, ou nos casos previstos no §1º deste artigo.

Art. 80. A extinção do mandato de Vereador verificar-se-á quando infringir o disposto no artigo 78 e seus parágrafos e incisos deste regimento.

§1º. Nas hipóteses do §1º do art. 78 caberá a comissão de justiça e redação emitir parecer após defesa do acusado para que seja declarado a perda do cargo por meio de Decreto Legislativo da Mesa Diretora.

§2º. O vereador que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato e nas hipóteses do §2º do art. 78 deste regimento estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis.

§3º. Para efeito do inciso III § 1º, do artigo 78, consideram-se sessões ordinárias as que deveriam ser realizadas nos termos deste regimento e na lei que fixa o calendário legislativo anual, computando-se a ausência do Vereador mesmo que não realizada a sessão por falta de quorum, exceto somente para aqueles que comparecerem e assinarem o respectivo livro de presença.

§4º. As sessões solenes e extraordinárias não são consideradas para efeito do artigo 77, § 2º inciso III deste regimento.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 81. Considera-se presente a sessão o Vereador que participar efetivamente dos trabalhos legislativos da Ordem do Dia.

§1º. As faltas às sessões poderão ser justificadas em caso de luto, casamento, saúde ou desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município.

§2º. A justificativa das faltas será feita em requerimento escrito e fundamentado, ao Presidente com aprovação do plenário.

§3º. A justificativa de ausência por questões de saúde do vereador ou de parente de 1º grau: filho(a), pais, cônjuge ou companheiro (a), não necessita ser votado em plenário, bastando sua apresentação no expediente.

§4º. Ao vereador que se ausentar antes do término da Ordem do Dia, sem justificativa, será aplicada a penalidade disposta no Código de Ética.

.....

.....

Art. 86. (...)

§1º. Poderá ser feita leitura de um trecho bíblico e oração por ocasião da abertura das sessões da Câmara Municipal que deverá ser feita pelo vereador que estiver Presidindo a sessão ou por outro membro da casa que o presidente venha a determinar.

.....

.....

Art. 89. Mediante aprovação de maioria Simples do Plenário da Câmara as sessões poderão ser prorrogadas, por tempo determinado a requerimento de qualquer Vereador.

.....

.....

Art. 91. Verificada a presença de no mínimo 1/3 (um terço) de Vereadores, o Presidente abrirá a sessão, em caso contrário aguardará durante 15 (quinze) minutos a constituição de quórum deduzindo o prazo de retardamento do tempo destinado ao Expediente.

§1º. Passando o prazo previsto no caput deste artigo sem que haja quórum para deliberação de matérias, poderá ser feito



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

convocação de sessão extraordinária no mesmo dia desde que respeitado o prazo mínimo de 04:00 horas (quatro horas) entre a convocação e a realização da sessão, pelo Presidente da Câmara ou 1/3 dos vereadores.

§2º. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Câmara, devendo ser consignado em ata essa prorrogação.

§3º. A convocação de sessão extraordinária fora dos critérios previstos no §1º pelo prefeito ou comissão representativa deve respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a sua convocação e sua realização.

.....

.....

Art. 95. O expediente terá duração de 02 (duas) horas a partir da hora fixada no início da sessão e se destina a leitura da ata da sessão anterior, à leitura resumida de matéria oriundas do executivo ou de outras origens, à apresentação de proposição pelos Vereadores e o uso da palavra na forma deste regimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente de acordo com a pauta do expediente poderá ser prorrogado o expediente por mais 30 (trinta) minutos para que os vereadores possam usar a tribuna para uso da palavra livre.

Art. 96. (...)

§ 1º Na apresentação das proposições, será lida somente a súmula e deverá obedecer à seguinte ordem:

.....

.....

Art. 97. Terminada a leitura das matérias na pauta, e **votado as matérias no expediente** o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

(...)

§6º. Nas sessões extraordinárias e nas sessões de julgamento das contas de governo ou gestão, o uso da Tribuna disposto neste artigo ficará restrito às matérias em discussão na respectiva sessão.

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

.....

Art. 99. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até vinte e quatro horas do início das sessões, exceto as matérias de urgência e com aprovação dos membros da Casa.

§1º. A secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e parecer e a relação da Ordem do Dia, correspondentes até vinte e quatro horas antes do início da sessão, a distribuição será somente da Ordem do Dia, quando as proposições e pareceres já tiveram sido publicados.

§ 2º O Primeiro Secretário procederá à leitura das matérias que devam ser discutidas e votadas em primeira e única votação, podendo a leitura ser dispensada mediante requerimento de qualquer vereador, aprovado por maioria simples pelo plenário.

I – Fica dispensada a leitura das matérias e dos pareceres das comissões que estejam em segunda votação, podendo ser lido somente a ementa da matéria em discussão.

.....

.....

Art. 111. O Projeto de Lei é a proposição que tem por finalidade regular matéria de competência legislativa da Câmara, devendo ser redigido por escrito, em artigos concisos, numerados e formulados nos mesmos termos em que deverá figurar como lei propriamente dita, sendo assinado por seu autor.

(...)

§ 2º A ementa do projeto será lida na Mesa pelo Secretário e, terminada a leitura será encaminhado à comissão competente para a devida emissão de parecer.

.....

.....

Art. 141. (...)

(...)

II – declaração de perda do mandato de seus membros e do Prefeito, mediante votação secreta, nos casos previstos em lei.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 146. (...)

(...)

§ 2º A votação secreta proceder-se-á por meio de cédulas oficiais fornecidas pela Mesa, que serão depositadas em urnas junto a Mesa da Presidência ou sistema informatizado de identificação individual por senhas.

.....
Art. 159. O Prefeito considerando o projeto no todo ou em parte inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento da matéria e comunicará dentro de quarenta e oito horas o Presidente da Câmara, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Vereadores em **votação secreta**.

.....
Art. 160. A apreciação de veto pelo plenário da Câmara será dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores em **votação secreta**.

.....
Art. 170. Na primeira discussão serão apresentadas emendas pelos Vereadores **presentes** à sessão.

.....
Art. 174. (...)

§3º. Na análise da prestação de contas será respeitado o contraditório e ampla defesa, propiciando acesso ao processo de análise das contas.

I - A Comissão pertinente da Câmara Municipal dará início ao processo administrativo de julgamento de contas emitindo relatório preliminar.

II - O responsável pelas contas terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar uma defesa inicial quanto aos apontamentos indicados em relatório preliminar da Câmara Municipal.

III - Passado o prazo previsto no inciso anterior com ou sem apresentação de defesa, a Comissão competente apresentará



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

parecer final e encaminhará o processo para o presidente da Câmara.

IV - Após todo o tramite interno de autuação, defesa e parecer final da comissão pertinente da Câmara o presidente da Câmara designará data para julgamento das contas em sessão ordinária ou extraordinária que apreciará somente processos de julgamento de contas.

V - Com designação de data de julgamento das Contas, deverá ser notificado o responsável com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para ciência da data de julgamento.

§4º. Na Sessão de julgamento das Contas durante a ordem do dia deverá ser lido o Parecer prévio do Tribunal de Contas e parecer final da Comissão pertinente da Câmara, sem prejuízo da leitura de mais algum documento que a comissão achar pertinente.

§5º. Antes do debate do julgamento das Contas deve-se abrir espaço para o gestor responsável ou procurador constituído possa fazer defesa de forma oral perante o plenário da Câmara.

I - Para utilizar o espaço para sustentação oral o responsável pelas contas deve apresentar requerimento com antecedência mínima de 24 horas de antes da sessão direcionado ao presidente da Câmara ou Comissão Pertinente que apresentou relatório das Contas Anuais.

II – Na defesa oral o responsável terá o prazo de 20 minutos podendo ser prorrogado de acordo com a peculiaridade do caso e mediante aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§6º. Após sustentação oral será dado início a fase de debates quanto as contas que estiverem em julgamento.

I - Durante o debate das Contas poderá ser solicitado ao responsável ou procurador constituído se este estiver presente que este esclareça apontamentos e dúvidas a serem feitas por Comissão da Câmara ou de qualquer vereador.

II – Durante o debate deve ser mantido a pertinência ao julgamento das contas.

§7º. Terminado a fase de debate as contas seguem para julgamento de forma nominal pelos vereadores, deixando de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado somente por decisão de 2/3 dois terços dos membros da Câmara.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 181. (...)

§1º. Os Subsídios dos agentes políticos não poderá ser inferior ao menor padrão de vencimento pago a funcionários do Município, ao momento da fixação.

§2º. Os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e vereadores, poderão ser corrigidos anualmente por índice oficial a ser definido na lei que o fixar.

Art. 182. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente.

§ 1º O Vereador que não comparecer às sessões ordinárias designadas ou, comparecendo, não participar da votação, terá descontado para cada ausência 1/4 da sua remuneração, caso não apresente justificativa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do encerramento da sessão.

§ 2º Além dos casos previstos em lei, o Vereador poderá se ausentar, sem comprometimento da sua remuneração, nas seguintes situações:

I – estiver fora da Câmara a serviço desta, em Comissão constituída na forma regimental; e

II – a serviço do mandato.

§ 3º Não terá direito à remuneração:

I – o Vereador afastado da Câmara para investidura no cargo de Secretário Municipal; e

II – o Vereador licenciado para tratar de interesses particulares.

§4º. O Suplente convocado para substituir vereador impedido em determinada proposição ou denúncia receberá proporcional aos dias de efetivo exercício em substituição na proporção de 1/30 (um trinta avos).

.....

.....

Art. 188. Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado por ofício ao Prefeito que tem prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento para prestar as informações.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§1º. O Prefeito poderá solicitar à Câmara prorrogação de prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do presidente.

§2º. No caso de protocolo eletrônico, por e-mail ou sistema eletrônico adotado, o prazo de início para resposta será iniciado a partir da confirmação de recebimento ou leitura.

§3º. Considerar-se-á realizada a leitura automaticamente após o decurso de 05 (cinco) dias úteis sem confirmação de leitura ou recebimento, iniciando-se, então o prazo para apresentação das informações nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º. Inclui no Título IV da Resolução 87/2014 o Capítulo I-A – DAS SESSÕES REMOTAS e os arts. 92-A a 92-C, passando a ter a seguinte redação:

Capítulo I – A

DAS SESSÕES REMOTAS

Art. 92-A. Poderão ser realizadas sessões remotas e híbridas nas seguintes hipóteses:

§1º. Nas hipóteses de Declaração de Pandemia, surto epidêmico, bem como medidas de Restrição de circulação de pessoas como forma de conter a disseminação de doença ou outra situação similar atendendo a Normativa, Federal, Estadual ou Municipal.

§2º. Em outras hipóteses não previstas no §1º deste artigo poderão ser realizadas sessões remotas, desde que seja autorizado pelo Presidente, limitadas a até 05 (cinco) participações para votação de forma remota por ano, devendo ser observada a presença de pelo menos maioria absoluta dos membros de forma presencial.

I – Poderá ser autorizada votação remota nas seguintes situações:

- a)** Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade;
- b)** Em situações devidamente justificadas;
- c)** Em situações regulamentadas por ato da Mesa Diretora em que especificará as hipóteses e motivos para autorização;



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§3º. Durante o período de recesso parlamentar, fica autorizada a participação remota, sem limite de participações por parte do vereador, devendo ser observada a presença de, pelo menos, a maioria absoluta dos membros de forma presencial.

Art. 92-B. As “sessões plenárias remotas/digitais”, tanto ordinárias como extraordinária, realizadas na forma online por meio de aplicativos disponíveis, nos termos dispostos no artigo anterior, deverão seguir o seguinte:

§1º. As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de “sessão plenária digital”, poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo devidamente publicado.

§2º. Todos os vereadores poderão participar de forma remota durante o período em que houver restrição à circulação de pessoas.;

§3º. Na ausência de restrições gerais de circulação, o vereador que estiver com confirmação médica de doença que exija quarentena ou isolamento poderá participar das sessões por meio digital, desde que tenha condições físicas para isso. Para tanto, deverá apresentar atestado médico, enviado de forma digital, confirmando essa condição e autorizando sua participação online nas sessões plenárias até o término do período de isolamento.

§4º. Nas hipóteses devidamente autorizadas e justificadas poderá o vereador participar de forma remota respeitado o limite anual de 05 sessões.

§5º. As votações das proposições legislativas seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah.

§6º. No expediente, após o termino da leitura das matérias os vereadores que estiverem participando por aplicativo poderão se inscrever para uso da palavra desde que estejam online por meio de vídeo chamada ou conferência de vídeo nos termos do art. 95 e seguintes do regimento interno.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

I – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando de forma remota, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

§7º. Encerrado o expediente, conforme disposto no art. 98 e seguintes do Regimento Interno, será iniciada a Ordem do Dia, com a verificação de presença dos parlamentares, incluindo os presentes no plenário e os vereadores que estiverem online, por meio do aplicativo adotado.

I - A Confirmação da presença no plenário será feita conforme dispõe o regimento interno da casa;

II – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

III – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando remotamente, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

Art. 3º. Os §§ Único dos artigos 15, 16, 19, 20, 21, 23, 31, 32, 39, 40, 43, 45, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 64, 67, 70, 73, 75, 82, 87, 90, 102, 103, 104, 112, 116, 117, 121, 128, 130, 137, 148, 153, 168, 171, 175, 180, 187, 188 e 191 passam a ser “**Parágrafo Único**” na Resolução 87/2014.

Art. 4º. Altera o Título IV “Das Preposições e Sua Tramitação” para Título V “Das Preposições e Sua Tramitação” e a alínea “l” passando a ser alínea “k” do art. 102 da Resolução 87/2014, passando a ter a seguinte redação:

TÍTULO V

DAS PREPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I



**CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60**

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º. Altera os incisos XX e XXI do parágrafo único do art. 116 da Resolução 87/2014 passando a ser incisos XV e XVI respectivamente.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

CLEOMAR
ETERNO DE
CAMPOS:85817767104
7104

Assinado de forma digital
por CLEOMAR ETERNO DE
CAMPOS:85817767104
Dados: 2025.07.15
16:45:54 -04'00'

Cleomar Eterno de Campos
Presidente

DAISE MARTINS
DE
SOUZA:03713588171
8171

Assinado de forma
digital por DAISE
MARTINS DE
SOUZA:03713588171
Dados: 2025.07.15
16:46:09 -04'00'

Daise Martins de Souza
1º Secretário

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 18

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

Pregão Eletrônico nº 016/2025

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO/MT.

Contratada: V. C. DA ROCHA DISTRIBUIDORA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.808.979/0001-42

Valor Total: R\$ 338,98 (Trezentos e trinta e oito reais e noventa e oito centavos).

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PAPELARIA, TINTAS E TONERS PARA IMPRESSORAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO – MT."

Dotação Orçamentária:

Código Reduzido 21: 01.001.01.122.0001.2001.3.3.90.30: Material de Consumo

Código Reduzido 14: 01.001.01.122.0001.1003.4.4.90.52: Equipamentos e Material Permanente

15 de Julho de 2.025 - PUBLIQUE-SE E/OU AFIXE-SE NA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO.

PORTARIA

PORTARIA Nº 223, DE 15 DE JULHO DE 2025

PORTARIA Nº 223, DE 15 DE JULHO DE 2025

Designa o Servidor LUIZ HENRIQUE BLATT como Fiscal Titular e o servidor JOSÉ MÁRCIO CAVALETTI como Fiscal Suplente dos contratos 052/2025, 053/2025 e 054/2025 da Câmara Municipal de Sorriso e dá outras providências.

Excelentíssimo Senhor Rodrigo Desordi Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

Considerando a obrigatoriedade em designar os servidores para realizar a fiscalização de contratos, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor LUIZ HENRIQUE BLATT como Fiscal Titular, e o servidor JOSÉ MARCIO CAVALETTI como Fiscal Suplente dos contratos 052/2025, 053/2025 e 054/2025, Processo Administrativo nº 037/2025, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PAPELARIA, TINTAS E TONERS PARA IMPRESSORAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2025.

RODRIGO DESORDI FERNANDES

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH

LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 149/2025

De 15 de julho de 2025

SÚMULA: Altera o Regimento Interno - Resolução 87/2014 - e dá outras providências.

O Sr. CLEOMAR ETERNO DE CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 159, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º. As sessões da Câmara exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente, pôr local a sua sede, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela, observado o disposto no Artigo 30 parágrafo único, inciso XI da Lei Orgânica, sob pena de ser declaradas nulas as que se realizarem fora da sede sem autorização do plenário.

Art. 4º. Dentro da legislatura está compreendido 4 sessões legislativas no qual deverá o poder legislativo se reunir pelo menos em 04 reuniões, iniciando os trabalhos legislativos em 01 de fevereiro e termino em 22 de dezembro de cada ano.

Art. 6º. (...)

(...)

§2º. O Vereador que deixar de tomar posse na data prevista, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias do funcionamento normal da Câmara sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 11. (...)

(...)

VI – Após aprovação pelo plenário, expedir Decreto Legislativo dispondo sobre:

- a) licença do Prefeito para afastamento do cargo;
- b) autorização do Prefeito por necessidade de serviço a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
- c) Julgamento das Contas do Prefeito.

VII – Após aprovação do Plenário, expedir Resolução dispondo sobre:

- a) licença de Vereador para afastamento do Cargo;
- b) criação de Comissões Especiais de Inquérito previstas neste Regimento.
- c) A Licença de vereador para ocupar cargo de Secretário Municipal dispensa aprovação em plenário.

Art. 16. (...)

§1º. (...)

§2º. Durante a sessão destinada à eleição da Mesa Diretora para o primeiro ano da legislatura, os trabalhos poderão ser suspenso por 15 (quinze) minutos, a fim de permitir o registro das chapas concorrentes, conforme as disposições do art. 18.

Art. 18. (...)

(...)

§ 1º. A votação será nominal e aberta, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos. A identificação dos candidatos e respectivos cargos deverá constar em cédula impressa ou manuscrita.

(...)

§4º. É vedada a reeleição de qualquer membro da Mesa Diretora, para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

§5º. O registro das chapas deverá ser realizado por meio de protocolo até uma hora antes do início da sessão destinado à eleição da Mesa Diretora.

§6º. O nome de um vereador não pode constar em mais de uma chapa, prevalecendo aquela cujo protocolo tiver sido realizado por último, desde que contenha a assinatura de todos os seus membros.

§7º. No caso de registro de chapa que inclua o nome de vereador anteriormente inscrito em outra chapa, ou havendo protocolo de desistência formal do candidato, será permitida a suspensão dos trabalhos da sessão por até 30 (trinta) minutos, a fim de possibilitar à chapa prejudicada a substituição do referido nome.

§8º. Caso, na data da eleição, não haja nenhuma chapa registrada, será permitida a inscrição no momento da sessão, sendo suspenso os trabalhos por até 15 (quinze) minutos para registro da chapa.

§9º. Em caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de presidente for o mais idoso entre os concorrentes.

Art. 31. As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos vereadores da Câmara em caráter permanente ou temporário, destinadas a realizar estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o legislativo.

§1º. (...)

§2º. Será constituído Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com regulamento próprio para aplicação de penalidades aos parlamentar que agirem em desacordo com os princípios éticos básico de decoro definidos em Código de Ética, Regimento Interno, Lei Orgânica, Constituição Federal e outras legislações.



Art. 34. (...)

(...)

§3º. As reuniões das comissões poderão ocorrer de forma remota ou híbrida, sem limitação quanto ao número de participantes, desde que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses:

I – Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade, sendo autorizadas a participação e a votação remotas;

II – Em situações devidamente justificadas e autorizadas pelo Presidente da Comissão;

III – Em casos regulamentados pela comissão competente, desde que estejam de acordo com as hipóteses e os motivos previamente estabelecidos para a autorização.

§4º As reuniões remotas/digitais ou híbridas, na forma online por meio de aplicativos disponíveis nos termos dispostos nas hipóteses devidamente regulamentadas deverão seguir o seguinte:

I - As reuniões das comissões ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de "reunião digital", poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo a devidamente publicado.

II - Todos os vereadores membros das comissões poderão participar das reuniões por meio digital nas hipóteses previstas no §3º deste artigo sem limite de participação anual.

III - As votações dos pareceres das comissões seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah, ficando obrigado o vereador que participar de forma remota a assinar o parecer e ata da comissão até a data da sessão de votação da proposição.

IV – Nas hipóteses que houver problemas de conexão por parte do vereador que for participar de forma remota, poderá ser dado uma tolerância de até 05 minutos para acessar o link disponibilizado.

V – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Comissão solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

Art. 44. (...)

§1º. O Presidente da Comissão designará o Relator no prazo de três dias, o qual terá dez dias para apresentação do parecer, podendo ser prorrogado em igual prazo nas situações em que forem necessárias.

(...)

§3º. Findo o prazo sem que a Comissão designada tenha emitido parecer, o Presidente da Câmara nomeará uma Comissão Especial de três membros para emitir parecer no prazo improrrogável de cinco dias.

§4º. Findo o prazo previsto no parágrafo anterior com ou sem a emissão de parecer, a matéria será incluída na ordem do dia para deliberação.

§5º. (...)

I - O prazo para a comissão emitir parecer será de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão;

II - O Presidente da Comissão terá o prazo de dois dias para designar um relator;

(...)

V - O processo não poderá permanecer na comissão por prazo superior a 20 dias, ultrapassando este prazo o Projeto na forma em que se encontrar será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária.

Art. 47. (...)

§1º. Sempre que a comissão solicitar informações do Prefeito fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 44, iniciando novamente a contagem após a resposta da solicitação para a comissão emitir o seu parecer.

Art. 53. Conforme previsto na Lei Orgânica, ao final de cada sessão legislativa, a Câmara elegerá, por voto secreto e entre seus membros, uma Comissão Representativa. Essa comissão deverá refletir, na medida do possível, a proporcionalidade partidária da Casa e atuará durante os períodos de recesso das sessões legislativas ordinárias.

Art. 54-C. (...)

§1º. (...)

a) (....)

I – Na ordem do dia durante o debate da denúncia/requerimento o denunciante poderá fazer todos os atos de acusação, argumentação e defesa para aprovação do pedido para abertura de procedimento adequado.

II – No caso de terceiro denunciante, este será comunicado da data de votação para que caso queira participe do debate defendendo os argumentos e fundamentos para que sua denúncia seja aprovada.

III – O vereador impedido de votar, poderá participar de todos os atos acusatórios durante o debate para votação da denúncia.

(...)

§2º. Os vereadores terão tramitação diferente quanto a criação de comissões processantes, se houver abertura de procedimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

I - Nas hipóteses em que o vereador tiver cometido uma infração disciplinar em que o Conselho de Ética indicar a penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, o parecer será remetido à Comissão de Justiça e Redação para posterior encaminhamento ao plenário que decidirá por maioria absoluta pela aplicação da penalidade ou arquivamento por meio Decreto Legislativo.

II - Nas hipóteses de o Conselho de Ética indicar a penalidade de perda do mandato, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer e posteriormente encaminhará ao plenário que receberá a denúncia caso 2/3 votem pelo prosseguimento, caso contrário será arquivada conforme alínea "e" do §1º deste artigo.

Caso seja recebido a denúncia, será instituído na mesma sessão Comissão Processante nos termos da segunda parte da alínea "b" do §1º deste artigo ou os membros do Conselho de Ética.

A Comissão Processante seguirá o rito disposto a partir da segunda parte da alínea "e" do §1º deste artigo.

A Comissão Processante poderá aproveitar todos os atos do processo da Comissão Disciplinar, podendo inclusive optar por emitir parecer final sem a necessidade de mais diligências nos termos da alínea "g" do §1º deste artigo.

§3º. Denúncias que demonstrem situação perda do mandato do vereador poderão iniciar por meio de Comissão Processante nos termos do parágrafo único, caso não tenha se iniciando nem um procedimento disciplinar no conselho de ética e decoro.

§4º. A decisão de arquivamento de denuncia para abertura de comissão processante em face de um vereador poderá ser encaminhado ao conselho de ética para verificação de possível infração disciplinar conforme código de ética.

.....

.....

Art. 63. (...)

(...)

§2º. As Atas das sessões anteriores ficarão a disposição dos vereadores em até vinte e quatro horas que antecedem a sessão, será lida no início da próxima sessão, no expediente, discutida e votada no expediente, salvo se as sessões ocorrerem em prazo diferente do semanal não havendo tempo hábil para redigi-la.

.....

.....

Art. 73. Se qualquer Vereador cometer dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as providências previstas no Código de Ética.

Parágrafo único. Para manter a ordem do recinto da Câmara, o Presidente poderá suspender a sessão e tomar as medidas necessárias até restabelecimento da ordem.

.....

.....

Art. 76. Dar-se-á a convocação do suplente apenas nos casos de vaga ou licença em prazo superior a 30 (trinta) dias, investidura do Vereador no cargo de secretário do Município, ou nos casos de impedimento em que a lei ou regimento indiquem a necessidade de convocação do suplente.

§1º. Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado por questões de saúde de assumir o exercício do Mandato, dando ciência por escrito à Mesa Diretora, que convocará o suplente imediato, após a apresentação em plenário e posterior registro nos Anais da Casa.

(...)

§3º. O Vereador que se licenciar por motivo de saúde, com assunção de suplente, poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo da licença, desde que apresente atestado médico informando o restabelecimento de sua saúde e que o seu retorno seja aprovado em Plenário.

§4º. Ocorrendo vaga e não havendo suplente o Presidente da Câmara Comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral para se realizar eleição para preenche-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§5º. O suplente de Vereador, quando convocado em caráter de suplência, não poderá ser escolhido para os Cargos da Mesa Diretora, Presidente ou Vice-Presidente de Comissão Processante.

§6º. O suplente para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do mandato.

.....

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 22

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

Art. 78. As vagas da Câmara verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia; e

III – perda de mandato.

§1º. Perderá o Mandato e assim será declarado pela Mesa da Câmara, assegurado ampla defesa:

I - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;

II - Revogado

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

IV - fixar residência fora do Município;

V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

§2º. (...)

(...)

IV - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

Art. 79. A renúncia do Vereador deverá ser formalizada por escrito, mediante documento dirigido à Câmara e devidamente protocolado. A vaga será considerada aberta independentemente de deliberação plenária, devendo o teor do pedido ser lido em sessão pública ou publicado no portal oficial ou no diário oficial adotado pelo Poder Legislativo.

§1º. Considera-se, também, haver renunciado:

I - O Vereador que se recusar a prestar o compromisso do §6º do art. 6º deste Regimento; e

II – O vereador que, convocado, não se apresentar para tomar posse e entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada de ofício pelo Presidente após o protocolo do respectivo pedido, ou nos casos previstos no §1º deste artigo.

Art. 80. A extinção do mandato de Vereador verificar-se-á quando infringir o disposto no artigo 78 e seus parágrafos e incisos desde regimento.

§1º. Nas hipóteses do §1º do art. 78 caberá a comissão de justiça e redação emitir parecer após defesa do acusado para que seja declarado a perda do cargo por meio de Decreto Legislativo da Mesa Diretora.

§2º. O vereador que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato e nas hipóteses do §2º do art. 78 deste regimento estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis.

§3º. Para efeito do inciso III § 1º, do artigo 78, consideram-se sessões ordinárias as que deveriam ser realizadas nos termos deste regimento e na lei que fixa o calendário legislativo anual, computando-se a ausência do Vereador mesmo que não realizada a sessão por falta de quorum, exceto somente para aqueles que comparecerem e assinarem o respectivo livro de presença.

§4º. As sessões solenes e extraordinárias não são consideradas para efeito do artigo 77, § 2º inciso III deste regimento.

Art. 81. Considera-se presente a sessão o Vereador que participar efetivamente dos trabalhos legislativos da Ordem do Dia.

§1º. As faltas às sessões poderão ser justificadas em caso de luto, casamento, saúde ou desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município.

§2º. A justificativa das faltas será feita em requerimento escrito e fundamentado, ao Presidente com aprovação do plenário.

§3º. A justificativa de ausência por questões de saúde do vereador ou de parente de 1º grau: filho(a), pais, cônjuge ou companheiro (a), não necessita ser votado em plenário, bastando sua apresentação no expediente.

§4º. Ao vereador que se ausentar antes do término da Ordem do Dia, sem justificativa, será aplicada a penalidade disposta no Código de Ética.

Art. 86. (...)

§1º. Poderá ser feita leitura de um trecho bíblico e oração por ocasião da abertura das sessões da Câmara Municipal que deverá ser feita pelo vereador que estiver Presidindo a sessão ou por outro membro da casa que o presidente venha a determinar.

Art. 89. Mediante aprovação de maioria Simples do Plenário da Câmara as sessões poderão ser prorrogadas, por tempo determinado a

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 23

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

requerimento de qualquer Vereador.

Art. 91. Verificada a presença de no mínimo 1/3 (um terço) de Vereadores, o Presidente abrirá a sessão, em caso contrário aguardará durante 15 (quinze) minutos a constituição de quórum deduzindo o prazo de retardamento do tempo destinado ao Expediente.

§1º. Passando o prazo previsto no caput deste artigo sem que haja quórum para deliberação de matérias, poderá ser feita convocação de sessão extraordinária no mesmo dia desde que respeitado o prazo mínimo de 04:00 horas (quatro horas) entre a convocação e a realização da sessão, pelo Presidente da Câmara ou 1/3 dos vereadores.

§2º. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Câmara, devendo ser consignado em ata essa prorrogação.

§3º. A convocação de sessão extraordinária fora dos critérios previstos no §1º pelo prefeito ou comissão representativa deve respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a sua convocação e sua realização.

Art. 95. O expediente terá duração de 02 (duas) horas a partir da hora fixada no início da sessão e se destina a leitura da ata da sessão anterior, à leitura resumida de matéria oriundas do executivo ou de outras origens, à apresentação de proposição pelos Vereadores e o uso da palavra na forma deste regimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente de acordo com a pauta do expediente poderá ser prorrogado o expediente por mais 30 (trinta) minutos para que os vereadores possam usar a tribuna para uso da palavra livre.

Art. 96. (...)

§ 1º Na apresentação das proposições, será lida somente a súmula e deverá obedecer à seguinte ordem:

Art. 97. Terminada a leitura das matérias na pauta, e votado as matérias no expediente o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

(...)

§6º. Nas sessões extraordinárias e nas sessões de julgamento das contas de governo ou gestão, o uso da Tribuna disposto neste artigo ficará restrito às matérias em discussão na respectiva sessão.

Art. 99. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até vinte e quatro horas do início das sessões, exceto as matérias de urgência e com aprovação dos membros da Casa.

§1º. A secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e parecer e a relação da Ordem do Dia, correspondentes até vinte e quatro horas antes do início da sessão, a distribuição será somente da Ordem do Dia, quando as proposições e pareceres já tiveram sido publicados.

§ 2º O Primeiro Secretário procederá à leitura das matérias que devam ser discutidas e votadas em primeira e única votação, podendo a leitura ser dispensada mediante requerimento de qualquer vereador, aprovado por maioria simples pelo plenário.

I – Fica dispensada a leitura das matérias e dos pareceres das comissões que estejam em segunda votação, podendo ser lido somente a ementa da matéria em discussão.

Art. 111. O Projeto de Lei é a proposição que tem por finalidade regular matéria de competência legislativa da Câmara, devendo ser redigido por escrito, em artigos concisos, numerados e formulados nos mesmos termos em que deverá figurar como lei propriamente dita, sendo assinado por seu autor.

(...)

§ 2º A ementa do projeto será lida na Mesa pelo Secretário e, terminada a leitura será encaminhado à comissão competente para a devida emissão de parecer.

Art. 141. (...)

(...)

II – declaração de perda do mandato de seus membros e do Prefeito, mediante votação secreta, nos casos previstos em lei.

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 24

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

Art. 146. (...)

(...)

§ 2º A votação secreta proceder-se-á por meio de cédulas oficiais fornecidas pela Mesa, que serão depositadas em urnas junto a Mesa da Presidência ou sistema informatizado de identificação individual por senhas.

Art. 159. O Prefeito considerando o projeto no todo ou em parte inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento da matéria e comunicará dentro de quarenta e oito horas o Presidente da Câmara, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Vereadores em votação secreta.

Art. 160. A apreciação de veto pelo plenário da Câmara será dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores em votação secreta.

Art. 170. Na primeira discussão serão apresentadas emendas pelos Vereadores presentes à sessão.

Art. 174. (...)

§3º. Na análise da prestação de contas será respeitado o contraditório e ampla defesa, propiciando acesso ao processo de análise das contas.

I - A Comissão pertinente da Câmara Municipal dará início ao processo administrativo de julgamento de contas emitindo relatório preliminar.

II - O responsável pelas contas terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar uma defesa inicial quanto aos apontamentos indicados em relatório preliminar da Câmara Municipal.

III - Passado o prazo previsto no inciso anterior com ou sem apresentação de defesa, a Comissão competente apresentará parecer final e encaminhará o processo para o presidente da Câmara.

IV - Após todo o tramite interno de autuação, defesa e parecer final da comissão pertinente da Câmara o presidente da Câmara designará data para julgamento das contas em sessão ordinária ou extraordinária que apreciará somente processos de julgamento de contas.

V - Com designação de data de julgamento das Contas, deverá ser notificado o responsável com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para ciência da data de julgamento.

§4º. Na Sessão de julgamento das Contas durante a ordem do dia deverá ser lido o Parecer prévio do Tribunal de Contas e parecer final da Comissão pertinente da Câmara, sem prejuízo da leitura de mais algum documento que a comissão achar pertinente.

§5º. Antes do debate do julgamento das Contas deve-se abrir espaço para o gestor responsável ou procurador constituído possa fazer defesa de forma oral perante o plenário da Câmara.

I - Para utilizar o espaço para sustentação oral o responsável pelas contas deve apresentar requerimento com antecedência mínima de 24 horas de antes da sessão direcionado ao presidente da Câmara ou Comissão Pertinente que apresentou relatório das Contas Anuais.

II - Na defesa oral o responsável terá o prazo de 20 minutos podendo ser prorrogado de acordo com a peculiaridade do caso e mediante aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§6º. Após sustentação oral será dado início a fase de debates quanto as contas que estiverem em julgamento.

I - Durante o debate das Contas poderá ser solicitado ao responsável ou procurador constituído se este estiver presente que este esclareça apontamentos e dúvidas a serem feitas por Comissão da Câmara ou de qualquer vereador.

II - Durante o debate deve ser mantido a pertinência ao julgamento das contas.

§7º. Terminado a fase de debate as contas seguem para julgamento de forma nominal pelos vereadores, deixando de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado somente por decisão de 2/3 dois terços dos membros da Câmara.

Art. 181. (...)

§1º. Os Subsídios dos agentes políticos não poderá ser inferior ao menor padrão de vencimento pago a funcionários do Município, ao momento da fixação.

§2º. Os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e vereadores, poderão ser corrigidos anualmente por índice oficial a ser definido na lei que o fixar.

Art. 182. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente.

§ 1º O Vereador que não comparecer às sessões ordinárias designadas ou, comparecendo, não participar da votação, terá descontado para cada ausência 1/4 da sua remuneração, caso não apresente justificativa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do encerramento da sessão.

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 25

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

§ 2º Além dos casos previstos em lei, o Vereador poderá se ausentar, sem comprometimento da sua remuneração, nas seguintes situações:

- I – estiver fora da Câmara a serviço desta, em Comissão constituída na forma regimental; e
- II – a serviço do mandato.

§ 3º Não terá direito à remuneração:

- I – o Vereador afastado da Câmara para investidura no cargo de Secretário Municipal; e
- II – o Vereador licenciado para tratar de interesses particulares.

§ 4º. O Suplente convocado para substituir vereador impedido em determinada proposição ou denúncia receberá proporcional aos dias de efetivo exercício em substituição na proporção de 1/30 (um trinta avos).

Art. 188. Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado por ofício ao Prefeito que tem prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento para prestar as informações.

§ 1º. O Prefeito poderá solicitar à Câmara prorrogação de prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do presidente.

§ 2º. No caso de protocolo eletrônico, por e-mail ou sistema eletrônico adotado, o prazo de início para resposta será iniciado a partir da confirmação de recebimento ou leitura.

§ 3º. Considerar-se-á realizada a leitura automaticamente após o decurso de 05 (cinco) dias úteis sem confirmação de leitura ou recebimento, iniciando-se, então o prazo para apresentação das informações nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º. Inclui no Título IV da Resolução 87/2014 o Capítulo I-A – DAS SESSÕES REMOTAS e os arts. 92-A a 92-C, passando a ter a seguinte redação:

Capítulo I – A

DAS SESSÕES REMOTAS

Art. 92-A. Poderão ser realizadas sessões remotas e híbridas nas seguintes hipóteses:

§ 1º. Nas hipóteses de Declaração de Pandemia, surto epidêmico, bem como medidas de Restrição de circulação de pessoas como forma de conter a disseminação de doença ou outra situação similar atendendo a Normativa, Federal, Estadual ou Municipal.

§ 2º. Em outras hipóteses não previstas no § 1º deste artigo poderão ser realizados sessões remotas, desde que seja autorizado pelo Presidente, limitadas a até 05 (cinco) participações para votação de forma remota por ano, devendo ser observada a presença de pelo menos maioria absoluta dos membros de forma presencial.

I – Poderá ser autorizada votação remota nas seguintes situações:

Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade;

Em situações devidamente justificadas;

Em situações regulamentadas por ato da Mesa Diretora em que especificará as hipóteses e motivos para autorização;

§ 3º. Durante o período de recesso parlamentar, fica autorizada a participação remota, sem limite de participações por parte do vereador, devendo ser observada a presença de, pelo menos, a maioria absoluta dos membros de forma presencial.

Art. 92-B. As “sessões plenárias remotas/digitais”, tanto ordinárias como extraordinária, realizadas na forma online por meio de aplicativos disponíveis, nos termos dispostos no artigo anterior, deverão seguir o seguinte:

§ 1º. As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de “sessão plenária digital”, poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo devidamente publicado.

§ 2º. Todos os vereadores poderão participar de forma remota durante o período em que houver restrição à circulação de pessoas.;

§ 3º. Na ausência de restrições gerais de circulação, o vereador que estiver com confirmação médica de doença que exija quarentena ou isolamento poderá participar das sessões por meio digital, desde que tenha condições físicas para isso. Para tanto, deverá apresentar atestado médico, enviado de forma digital, confirmando essa condição e autorizando sua participação online nas sessões plenárias até o término do período de isolamento.

§ 4º. Nas hipóteses devidamente autorizadas e justificadas poderá o vereador participar de forma remota respeitado o limite anual de 05 sessões.

§ 5º. As votações das proposições legislativas seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah.

§ 6º. No expediente, após o término da leitura das matérias os vereadores que estiverem participando por aplicativo poderão se inscrever para uso da palavra desde que estejam online por meio de vídeo chamada ou conferência de vídeo nos termos do art. 95 e seguintes do regimento interno.

I – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando de forma remota, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

§ 7º. Encerrado o expediente, conforme disposto no art. 98 e seguintes do Regimento Interno, será iniciada a Ordem do Dia, com a verificação de presença dos parlamentares, incluindo os presentes no plenário e os vereadores que estiverem online, por meio do aplicativo adotado.

I - A Confirmação da presença no plenário será feita conforme dispõe o regimento interno da casa;

Ano 14 N° 3657

Divulgação quarta-feira, 16 de julho de 2025

Página 26

Publicação quinta-feira, 17 de julho de 2025

II – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

III – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando remotamente, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

Art. 3º. Os §§ Único dos artigos 15, 16, 19, 20, 21, 23, 31, 32, 39, 40, 43, 45, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 64, 67, 70, 73, 75, 82, 87, 90, 102, 103, 104, 112, 116, 117, 121, 128, 130, 137, 148, 153, 168, 171, 175, 180, 187, 188 e 191 passam a ser "Parágrafo Único" na Resolução 87/2014.

Art. 4º. Altera o Título IV "Das Preposições e Sua Tramitação" para Título V "Das Preposições e Sua Tramitação" e a alínea "i" passando a ser alínea "k" do art. 102 da Resolução 87/2014, passando a ter a seguinte redação:

TÍTULO V

DAS PREPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º. Altera os incisos XX e XXI do parágrafo único do art. 116 da Resolução 87/2014 passando a ser incisos XV e XVI respectivamente.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de julho do ano de 2025.

Cleomar Eterno de Campos
Presidente

Daise Martins de Souza
1º Secretário

PORTARIA

PORTARIA Nº 063/2025

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a Promulgação da Resolução 148/2025 que regulamentou o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Tapurah.

O Sr. Cleomar Eterno de Campos, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar nos termos do art. 9º da Resolução 148/2025 que passará a ter a seguinte composição:

I - Titulares

a) – Daise Martins de Souza - PL

b) – Luiz Augusto Sette - PRD

c) – Daniele de Lima Zottis - Republicanos

II - Suplentes

1º Suplente – Diego Grendene - UNIÃO;

2º Suplente – Juliano Antunes – PL;

3º Suplente - Aelton Antônio Figueiredo – Republicanos.

§1º. O mandato do conselho ficará vinculado à vigência do mandato da Mesa Diretora da Câmara nos termo do art. 7º da Resolução 148/2025.

§2º. Os suplentes deverão, sempre que possível, substituir os representantes de seu respectivo partido. Na ausência de correspondência partidária, a substituição obedecerá à ordem de suplência prevista no inciso II deste artigo.

Art. 2º. Fica convocado reunião, a ser realizada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para eleição do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, devendo os membros titulares e suplentes estar presente para participar da votação.

§1º Os membros suplentes somente terão direito a voto na eleição do Presidente do Conselho na hipótese de ausência do respectivo titular na reunião.

§2º. Os membros suplentes não poderão ser eleitos para o cargo de presidente do conselho.

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.



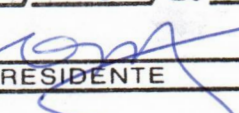
CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 364/2025
Data: 06/06/2025 - Horário: 10:09
Legislativo - PR 8/2025

À Comissão de Justiça e Reda
ção
Para emitir parecer
Em 09 / 06 / 20 25

PRESIDENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2025

De 06 de junho de 2025

AUTOR: Mesa da Câmara

SÚMULA: Altera o Regimento Interno - Resolução 87/2014 - e dá outras providências.

Os vereadores autores, no uso de suas atribuições legais, propõe a edição do seguinte projeto de resolução:

Art. 1º. Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 3º. As sessões da Câmara exceto as solenes, que poderão ser realizadas em outro recinto, terão obrigatoriamente, pôr local a sua sede, considerando-se nulas as que se realizarem fora dela, observado o disposto no Artigo 30 parágrafo único, **inciso XI** da Lei Orgânica, sob pena de ser declaradas nulas as que se realizarem fora da sede sem autorização do plenário.

.....

.....

Art. 4º. Dentro da legislatura está compreendido 4 sessões legislativas no qual deverá o poder legislativo se reunir pelo menos em 04 reuniões, iniciando os trabalhos legislativos em **01 de fevereiro e termino em 22 de dezembro de cada ano.**

.....

.....

Art. 6º. (...)

(...)

§2º. O Vereador que deixar de tomar posse na data prevista, deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias do funcionamento normal da Câmara sob **pena de perda** do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 11. (...)

(...)

VI – Após aprovação pelo plenário, expedir Decreto Legislativo dispondo sobre:

- a) licença do Prefeito para afastamento do cargo;
- b) autorização do Prefeito por necessidade de serviço a ausentar-se do Município por mais de quinze dias;
- c) Julgamento das Contas do Prefeito.

VII – Após aprovação do Plenário, expedir Resolução dispondo sobre:

- a) licença de Vereador para afastamento do Cargo;
- b) criação de Comissões Especiais de Inquérito previstas neste Regimento.
- c) A Licença de vereador para ocupar cargo de Secretário Municipal dispensa aprovação em plenário.

.....

.....

Art. 18. (...)

§4º. É proibida a reeleição de qualquer membro da Mesa, para o mesmo cargo na eleição imediata subsequente na mesma legislatura.

§5º. O registro das chapas poderá ocorrer por meio de protocolo até uma hora antes do início da sessão de eleição da mesa.

§6º. O nome de um vereador não pode constar em mais de uma chapa, devendo prevalecer o último protocolo com a assinatura de todos os membros da chapa.

§7º. Caso haja registro de chapa em que constava o nome de um candidato em uma chapa anteriormente inscrita ou protocolo de pedido de desistência do candidato em concorrer em determinada chapa, será autorizado à chapa a substituir o candidato até o início da sessão de eleição da mesa diretora.

§8º. Em caso de empate, dar-se-á a eleição do candidato a presidente mais idoso entre os concorrentes.

.....

.....

Art. 31. As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos vereadores da Câmara em caráter permanente ou temporário, destinadas a realizar estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o legislativo.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§1º. (...)

§2º. Será constituído Conselho de Ética e Decoro Parlamentar com regulamento próprio para aplicação de penalidades aos parlamentar que agirem em desacordo com os princípios éticos básico de decoro definidos em Código de Ética, Regimento Interno, Lei Orgânica, Constituição Federal e outras legislações.

.....

.....

Art. 34. (...)

(...)

§3º. As reuniões das comissões poderão ocorrer de forma remota ou híbrida, sem limitação quanto ao número de participantes, desde que se enquadrem em uma das seguintes hipóteses:

I – Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade, sendo autorizadas a participação e a votação remotas;

II – Em situações devidamente justificadas e autorizadas pelo Presidente da Comissão;

III – Em casos regulamentados pela comissão competente, desde que estejam de acordo com as hipóteses e os motivos previamente estabelecidos para a autorização.

§4º As reuniões remotas/digitais ou híbridas, na forma online por meio de aplicativos disponíveis nos termos dispostos nas hipóteses devidamente regulamentadas deverão seguir o seguinte:

I - As reuniões das comissões ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de "reunião digital", poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo a devidamente publicado.

II - Todos os vereadores membros das comissões poderão participar das reuniões por meio digital nas hipóteses previstas no §3º deste artigo sem limite de participação anual.

III - As votações dos pareceres das comissões seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah, ficando obrigado o vereador que participar de forma remota a assinar o parecer e ata da comissão até a data da sessão de votação da proposição.

IV – Nas hipóteses que houver problemas de conexão por parte do vereador que for participar de forma remota, poderá ser dado



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

uma tolerância de até 05 minutos para acessar o link disponibilizado.

V – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Comissão solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

.....

.....

Art. 44. (...)

§1º. O Presidente da Comissão designará o Relator no prazo de três dias, o qual terá dez dias para apresentação do parecer, podendo ser prorrogado em igual prazo nas situações em que forem necessárias.

(...)

§3º. Findo o prazo sem que a Comissão designada tenha emitido parecer, o Presidente da Câmara nomeará uma Comissão Especial de três membros para emitir parecer no prazo improrrogável de cinco dias.

§4º. Findo o prazo previsto no parágrafo anterior com ou sem a emissão de parecer, a matéria será incluída na ordem do dia para deliberação.

§5º. (...)

I - O prazo para a comissão emitir parecer será de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da matéria pelo Presidente da Comissão;

II - O Presidente da Comissão terá o prazo de dois dias para designar um relator;

(...)

V - O processo não poderá permanecer na comissão por prazo superior a 20 dias, ultrapassando este prazo o Projeto na forma em que se encontrar será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária.

.....

.....

Art. 47. (...)

§1º. Sempre que a comissão solicitar informações do Prefeito fica interrompido o prazo a que se refere o artigo 44, iniciando novamente a contagem após a resposta da solicitação para a comissão emitir o seu parecer.

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

.....
Art. 53. De acordo com o previsto na Lei Orgânica, ao término de cada sessão legislativa a Câmara elegerá dentre os seus membros, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível a proporcionalidade partidária, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias.
.....
.....

Art. 54-C. (...)

§1º (...)

a) (...)

I – Na ordem do dia durante o debate da denúncia/requerimento o denunciante poderá fazer todos os atos de acusação, argumentação e defesa para aprovação do pedido para abertura de procedimento adequado.

II – No caso de terceiro denunciante, este será comunicado da data de votação para que caso queira participe do debate defendendo os argumentos e fundamentos para que sua denúncia seja aprovada.

III – O vereador impedido de votar, poderá participar de todos os atos acusatórios durante o debate para votação da denúncia.

(...)

§2º. Os vereadores terão tramitação diferente quanto a criação de comissões processantes, se houver abertura de procedimento no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar:

I - Nas hipóteses em que o vereador tiver cometido uma infração disciplinar em que o Conselho de Ética indicar a penalidade de suspensão temporária do exercício do mandato, o parecer será remetido à Comissão de Justiça e Redação para posterior encaminhamento ao plenário que decidirá por maioria absoluta pela aplicação da penalidade ou arquivamento por meio Decreto Legislativo.

II - Nas hipóteses de o Conselho de Ética indicar a **penalidade de perda do mandato**, será encaminhado à Comissão de Justiça e Redação para emissão de parecer e posteriormente encaminhará ao plenário que receberá a denúncia caso 2/3 votem pelo prosseguimento, caso contrário será arquivada conforme alínea “e” do §1º deste artigo.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

a) Caso seja recebido a denúncia, será instituído na mesma sessão Comissão Processante nos termos da segunda parte da alínea “b” do §1º deste artigo ou os membros do Conselho de Ética.

b) A Comissão Processante seguirá o rito disposto a partir da segunda parte da alínea “e” do §1º deste artigo.

c) A Comissão Processante poderá aproveitar todos os atos do processo da Comissão Disciplinar, podendo inclusive optar por emitir parecer final sem a necessidade de mais diligências nos termos da alínea “g” do §1º deste artigo.

§3º. Denúncias que demonstrem situação perda do mandato do vereador poderão iniciar por meio de Comissão Processante nos termos do parágrafo único, caso não tenha se iniciando nem um procedimento disciplinar no conselho de ética e decoro.

§4º. A decisão de arquivamento de denuncia para abertura de comissão processante em face de um vereador poderá ser encaminhado ao conselho de ética para verificação de possível infração disciplinar conforme código de ética.

.....

.....

Art. 63. (...)

(...)

§2º. As Atas das sessões anteriores ficarão a disposição dos vereadores em até vinte e quatro horas que antecedem a sessão, será lida no início da próxima sessão, no expediente, discutida e votada no expediente, salvo se as sessões ocorrerem em prazo diferente do semanal não havendo tempo hábil para redigi-la.

.....

.....

Art. 73. Se qualquer Vereador cometer dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá o fato e tomará as providências previstas no Código de Ética.

Parágrafo único. Para manter a ordem do recinto da Câmara, o Presidente poderá suspender a sessão e tomar as medidas necessárias até restabelecimento da ordem.

.....

.....

Art. 76. Dar-se-á a convocação do suplente apenas nos casos de vaga ou licença em prazo superior a 30 (trinta) dias, investidura do Vereador no cargo de secretário do Município, ou nos casos de



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

impedimento em que a lei ou regimento indiquem a necessidade de convocação do suplente.

§1º. Assiste ao suplente que for convocado o direito de se declarar impossibilitado por questões de saúde de assumir o exercício do Mandato, dando ciência por escrito à Mesa Diretora, que convocará o suplente imediato, após a apresentação em plenário e posterior registro nos Anais da Casa.

(...)

§3º. O Vereador que se licenciar por motivo de saúde, com assunção de suplente, poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo da licença, desde que apresente atestado médico informando o restabelecimento de sua saúde e que o seu retorno seja aprovado em Plenário.

§4º. Ocorrendo vaga e não havendo suplente o Presidente da Câmara Comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Tribunal Regional Eleitoral para se realizar eleição para preenche-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§5º. O suplente de Vereador, quando convocado em caráter de suplência, não poderá ser escolhido para os Cargos da Mesa Diretora, Presidente ou Vice-Presidente de Comissão Processante.

§6º. O suplente para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do mandato.

.....

.....

Art. 78. As vagas da Câmara verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia; e

III – perda de mandato.

§1º. Perderá o Mandato e assim será declarado pela Mesa da Câmara, assegurado ampla defesa:

I - deixar de tomar posse sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de 15 (quinze) dias;

II - Revogado

III - deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

IV - fixar residência fora do Município;

V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§2º. (...)

(...)

IV - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

Art. 79. A renúncia do Vereador far-se-á por escrito em ofício dirigido à Câmara, reputando-se aberta a vaga, independente de votação, desde que seja lido em sessão pública e conste em Ata.

§1º. Considera-se, também, haver renunciado:

I - O Vereador que se recusar a prestar o compromisso do §6º do art. 6º deste Regimento; e

II – O vereador que, convocado, não se apresentar para tomar posse e entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada em sessão, pelo Presidente.

Art. 80. A extinção do mandato de Vereador verificar-se-á quando infringir o disposto no artigo 78 e seus parágrafos e incisos deste regimento.

§1º. Nas hipóteses do §1º do art. 78 caberá a comissão de justiça e redação emitir parecer após defesa do acusado para que seja declarado a perda do cargo por meio de Decreto Legislativo da Mesa Diretora.

§2º. O vereador que praticar ato contrário ao decoro parlamentar ou que afete a dignidade do mandato e nas hipóteses do §2º do art. 78 deste regimento estará sujeito às penalidades e ao processo disciplinar previsto no Código de Ética e Decoro Parlamentar, que definirá também as condutas puníveis.

§3º. Para efeito do inciso III § 1º, do artigo 78, consideram-se sessões ordinárias as que deveriam ser realizadas nos termos deste regimento e na lei que fixa o calendário legislativo anual, computando-se a ausência do Vereador mesmo que não realizada a sessão por falta de quorum, exceto somente para aqueles que comparecerem e assinarem o respectivo livro de presença.

§4º. As sessões solenes e extraordinárias não são consideradas para efeito do artigo 77, § 2º inciso III deste regimento.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 81. Considera-se presente a sessão o Vereador que participar efetivamente dos trabalhos legislativos da Ordem do Dia.

§1º. As faltas às sessões poderão ser justificadas em caso de luto, casamento, saúde ou desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município.

§2º. A justificativa das faltas será feita em requerimento escrito e fundamentado, ao Presidente com aprovação do plenário.

§3º. A justificativa de ausência por questões de saúde do vereador ou de parente de 1º grau: filho(a), pais, cônjuge ou companheiro (a), não necessita ser votado em plenário, bastando sua apresentação no expediente.

§4º. Ao vereador que se ausentar antes do término da Ordem do Dia, sem justificativa, será aplicada a penalidade disposta no Código de Ética.

.....

.....

Art. 86. (...)

§1º. Poderá ser feita leitura de um trecho bíblico e oração por ocasião da abertura das sessões da Câmara Municipal que deverá ser feita pelo vereador que estiver Presidindo a sessão ou por outro membro da casa que o presidente venha a determinar.

.....

.....

Art. 89. Mediante aprovação de maioria Simples do Plenário da Câmara as sessões poderão ser prorrogadas, por tempo determinado a requerimento de qualquer Vereador.

.....

.....

Art. 91. Verificada a presença de no mínimo 1/3 (um terço) de Vereadores, o Presidente abrirá a sessão, em caso contrário aguardará durante 15 (quinze) minutos a constituição de quórum deduzindo o prazo de retardamento do tempo destinado ao Expediente.

§1º. Passando o prazo previsto no caput deste artigo sem que haja quórum para deliberação de matérias, poderá ser feito convocação de sessão extraordinária no mesmo dia desde que respeitado o prazo mínimo de 04:00 horas (quatro horas) entre a convocação e a realização da sessão, pelo Presidente da Câmara ou 1/3 dos vereadores.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§2º. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Câmara, devendo ser consignado em ata essa prorrogação.

§3º. A convocação de sessão extraordinária fora dos critérios previstos no §1º pelo prefeito ou comissão representativa deve respeitar o prazo mínimo de 24 horas entre a sua convocação e sua realização.

.....

.....

Art. 95. O expediente terá duração de 02 (duas) horas a partir da hora fixada no início da sessão e se destina a leitura da ata da sessão anterior, à leitura resumida de matéria oriundas do executivo ou de outras origens, à apresentação de proposição pelos Vereadores e o uso da palavra na forma deste regimento.

Parágrafo único. Excepcionalmente de acordo com a pauta do expediente poderá ser prorrogado o expediente por mais 30 (trinta) minutos para que os vereadores possam usar a tribuna para uso da palavra livre.

Art. 96. (...)

§ 1º Na apresentação das proposições, será lida somente a súmula e deverá obedecer à seguinte ordem:

.....

.....

Art. 97. Terminada a leitura das matérias na pauta, e **votado as matérias no expediente** o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

.....

.....

Art. 99. Nenhuma proposição poderá ser colocada em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de até vinte e quatro horas do início das sessões, exceto as matérias de urgência e com aprovação dos membros da Casa.

§1º. A secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e parecer e a relação da Ordem do Dia, correspondentes até vinte e quatro horas antes do início da sessão, a distribuição será somente da Ordem do Dia, quando as proposições e pareceres já tiverem sido publicados.

§ 2º O Primeiro Secretário procederá à leitura das matérias que devam ser discutidas e votadas em primeira e única votação,



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

podendo a leitura ser dispensada mediante requerimento de qualquer vereador, aprovado por maioria simples pelo plenário.

I – Fica dispensada a leitura das matérias e dos pareceres das comissões que estejam em segunda votação, podendo ser lido somente a ementa da matéria em discussão.

.....

.....

Art. 111. O Projeto de Lei é a proposição que tem por finalidade regular matéria de competência legislativa da Câmara, devendo ser redigido por escrito, em artigos concisos, numerados e formulados nos mesmos termos em que deverá figurar como lei propriamente dita, sendo assinado por seu autor.

(...)

§ 2º A ementa do projeto será lida na Mesa pelo Secretário e, terminada a leitura será encaminhado à comissão competente para a devida emissão de parecer.

.....

.....

Art. 141. (...)

(...)

II – declaração de perda de mandato de seus membros e do Prefeito, nos casos previstos em Lei;

.....

.....

Art. 146. (...)

(...)

§ 2º A votação secreta proceder-se-á por meio de cédulas oficiais fornecidas pela Mesa, que serão depositadas em urnas junto a Mesa da Presidência ou sistema informatizado de identificação individual por senhas.

.....

.....

Art. 160. A apreciação de veto pelo plenário da Câmara será dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores.

.....

.....



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Art. 170. Na primeira discussão serão apresentadas emendas pelos Vereadores **presentes** à sessão.

.....

.....

Art. 174. (...)

§3º. Na análise da prestação de contas será respeitado o contraditório e ampla defesa, propiciando acesso ao processo de análise das contas.

I - A Comissão pertinente da Câmara Municipal dará início ao processo administrativo de julgamento de contas emitindo relatório preliminar.

II - O responsável pelas contas terá 15 (quinze) dias úteis para apresentar uma defesa inicial quanto aos apontamentos indicados em relatório preliminar da Câmara Municipal.

III - Passado o prazo previsto no inciso anterior com ou sem apresentação de defesa, a Comissão competente apresentará parecer final e encaminhará o processo para o presidente da Câmara.

IV - Após todo o tramite interno de autuação, defesa e parecer final da comissão pertinente da Câmara o presidente da Câmara designará data para julgamento das contas em sessão ordinária ou extraordinária que apreciará somente processos de julgamento de contas.

V - Com designação de data de julgamento das Contas, deverá ser notificado o responsável com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis para ciência da data de julgamento.

§4º. Na Sessão de julgamento das Contas durante a ordem do dia deverá ser lido o Parecer prévio do Tribunal de Contas e parecer final da Comissão pertinente da Câmara, sem prejuízo da leitura de mais algum documento que a comissão achar pertinente.

§5º. Antes do debate do julgamento das Contas deve-se abrir espaço para o gestor responsável ou procurador constituído possa fazer defesa de forma oral perante o plenário da Câmara.

I - Para utilizar o espaço para sustentação oral o responsável pelas contas deve apresentar requerimento com antecedência mínima de 24 horas de antes da sessão direcionado ao presidente da Câmara ou Comissão Pertinente que apresentou relatório das Contas Anuais.

II - Na defesa oral o responsável terá o prazo de 20 minutos podendo ser prorrogado de acordo com a peculiaridade do caso e



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

mediante aprovação por maioria absoluta dos membros da Câmara.

§6º. Após sustentação oral será dado início a fase de debates quanto as contas que estiverem em julgamento.

I - Durante o debate das Contas poderá ser solicitado ao responsável ou procurador constituído se este estiver presente que este esclareça apontamentos e dúvidas a serem feitas por Comissão da Câmara ou de qualquer vereador.

II – Durante o debate deve ser mantido a pertinência ao julgamento das contas.

§7º. Terminado a fase de debate as contas seguem para julgamento de forma nominal pelos vereadores, deixando de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado somente por decisão de 2/3 dois terços dos membros da Câmara.

.....

.....

Art. 181. (...)

§1º. Os Subsídios dos agentes políticos não poderá ser inferior ao menor padrão de vencimento pago a funcionários do Município, ao momento da fixação.

§2º. Os Subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários e vereadores, poderão ser corrigidos anualmente por índice oficial a ser definido na lei que o fixar.

Art. 182. O subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente.

§ 1º O Vereador que não comparecer às sessões ordinárias designadas ou, comparecendo, não participar da votação, terá descontado para cada ausência 1/4 da sua remuneração, caso não apresente justificativa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do encerramento da sessão.

§ 2º Além dos casos previstos em lei, o Vereador poderá se ausentar, sem comprometimento da sua remuneração, nas seguintes situações:

I – estiver fora da Câmara a serviço desta, em Comissão constituída na forma regimental; e

II – a serviço do mandato.

§ 3º Não terá direito à remuneração:

I – o Vereador afastado da Câmara para investidura no cargo de Secretário Municipal; e



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

II – o Vereador licenciado para tratar de interesses particulares.

§4º. O Suplente convocado para substituir vereador impedido em determinada proposição ou denúncia receberá proporcional aos dias de efetivo exercício em substituição na proporção de 1/30 (um trinta avos).

.....

.....

Art. 188. Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado por ofício ao Prefeito que tem prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do recebimento para prestar as informações.

§1º. O Prefeito poderá solicitar à Câmara prorrogação de prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do presidente.

§2º. No caso de protocolo eletrônico, por e-mail ou sistema eletrônico adotado, o prazo de início para resposta será iniciado a partir da confirmação de recebimento ou leitura.

§3º. Considerar-se-á realizada a leitura automaticamente após o decurso de 05 (cinco) dias úteis sem confirmação de leitura ou recebimento, iniciando-se, então o prazo para apresentação das informações nos termos do caput deste artigo.

Art. 2º. Inclui no Título IV da Resolução 87/2014 o Capítulo I-A – DAS SESSÕES REMOTAS e os arts. 92-A a 92-C, passando a ter a seguinte redação:

Capítulo I – A
DAS SESSÕES REMOTAS

Art. 92-A. Poderão ser realizadas sessões remotas e híbridas nas seguintes hipóteses:

§1º. Nas hipóteses de Declaração de Pandemia, surto epidêmico, bem como medidas de Restrição de circulação de pessoas como forma de conter a disseminação de doença ou outra situação similar atendendo a Normativa, Federal, Estadual ou Municipal.

§2º. Em outras hipóteses não previstas no §1º deste artigo poderão ser realizadas sessões remotas, desde que seja autorizado pelo Presidente, limitadas a até 05 (cinco) participações para votação de forma remota por ano, devendo ser observada a presença de pelo menos maioria absoluta dos membros de forma presencial.

I – Poderá ser autorizada votação remota nas seguintes situações:

- a) Quando o vereador estiver em viagem oficial a serviço da municipalidade;
- b) Em situações devidamente justificadas;



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

c) Em situações regulamentadas por ato da Mesa Diretora em que especificará as hipóteses e motivos para autorização;

§3º. Durante o período de recesso parlamentar, fica autorizada a participação remota, sem limite de participações por parte do vereador, devendo ser observada a presença de, pelo menos, a maioria absoluta dos membros de forma presencial.

Art. 92-B. As “sessões plenárias remotas/digitais”, tanto ordinárias como extraordinária, realizadas na forma online por meio de aplicativos disponíveis, nos termos dispostos no artigo anterior, deverão seguir o seguinte:

§1º. As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias a serem realizadas online por meio de “sessão plenária digital”, poderão utilizar os aplicativos disponíveis a serem adotados pela Câmara por decisão da Mesa diretora através de Portaria ou outro ato administrativo devidamente publicado.

§2º. Todos os vereadores poderão participar de forma remota durante o período em que houver restrição à circulação de pessoas.;

§3º. Na ausência de restrições gerais de circulação, o vereador que estiver com confirmação médica de doença que exija quarentena ou isolamento poderá participar das sessões por meio digital, desde que tenha condições físicas para isso. Para tanto, deverá apresentar atestado médico, enviado de forma digital, confirmando essa condição e autorizando sua participação online nas sessões plenárias até o término do período de isolamento.

§4º. Nas hipóteses devidamente autorizadas e justificadas poderá o vereador participar de forma remota respeitado o limite anual de 05 sessões.

§5º. As votações das proposições legislativas seguirão os tramites e ritos estabelecidos no Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah.

§6º. No expediente, após o termino da leitura das matérias os vereadores que estiverem participando por aplicativo poderão se inscrever para uso da palavra desde que estejam online por meio de vídeo chamada ou conferência de vídeo nos termos do art. 95 e seguintes do regimento interno.

I – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando de forma remota, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

§7º. Encerrado o expediente, conforme disposto no art. 98 e seguintes do Regimento Interno, será iniciada a Ordem do Dia, com a verificação de presença dos parlamentares, incluindo os presentes no plenário e os vereadores que estiverem online, por meio do aplicativo adotado.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

I - A Confirmação da presença no plenário será feita conforme dispõe o regimento interno da casa;

II – Para confirmação da presença online, após início da Ordem do Dia, o Presidente da Câmara solicitará no prazo máximo de 05 (cinco) minutos para que o(s) vereador(es) e a(s) vereador(as) se manifestem através do aplicativo adotado;

III – Caso haja problemas de conexão por parte do vereador que estiver participando remotamente, será concedida uma tolerância de até 05 (cinco) minutos para que acesse o link disponibilizado.

Art. 3º. Os §§ Único dos artigos 15, 16, 19, 20, 21, 23, 31, 32, 39, 40, 43, 45, 52, 53, 55, 57, 60, 62, 64, 67, 70, 73, 75, 82, 87, 90, 102, 103, 104, 112, 116, 117, 121, 128, 130, 137, 148, 153, 168, 171, 175, 180, 187, 188 e 191 passam a ser “**Parágrafo Único**” na Resolução 87/2014.

Art. 4º. Altera o Título IV “Das Preposições e Sua Tramitação” para Título V “ Das Preposições e Sua Tramitação” e a alínea “l” passando a ser alínea “k” do art. 102 da Resolução 87/2014, passando a ter a seguinte redação:

TÍTULO V

DAS PREPOSIÇÕES E SUA TRAMITAÇÃO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º. Altera os incisos XX e XXI do parágrafo único do art. 116 da Resolução 87/2014 passando a ser incisos XV e XVI respectivamente.

Art. 6º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de junho do ano de 2025.


Cleomar Eterno de Campos
Presidente


Juliano Antunes
Vice-Presidente




CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119


Daise
Daise Martins de Souza
1ª Secretária

Luiz
Luiz Augusto Sette
2º Secretário

Primeira Sessão

APROVADO	Por <u>maioria absoluta</u>
	Em Sessão de <u>16 / 06 / 20 25</u>
	Votos Contrários <u>4</u>
	Votos Favoráveis <u>5</u>
 PRESIDENTE	

Segunda Sessão

APROVADO	Por <u>maioria absoluta</u>
	Em Sessão de <u>19 / 07 / 20 25</u>
	Votos Contrários <u>3</u>
	Votos Favoráveis <u>5</u>
 PRESIDENTE	



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

MENSAGEM AO PROJETO RESOLUÇÃO 08/2025 – Dispõe sobre alteração da Resolução 87/2014 e dá outras providências.

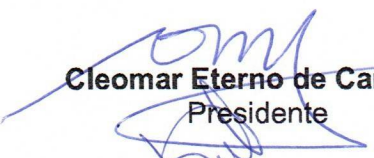
JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução tem o objetivo atualizar e adequar dispositivos do Regimento Interno, além garantir parâmetros para realização de sessões remotas garantindo aos vereadores a votação de forma remota de projetos de leis.

As alterações ainda visam atualizar o regimento interno em alguns postos além de adequação de redação oficial.

Foram realizados 3 reuniões para tratar sobre as alterações sendo nos dias 15 e 23 de maio de 2025 e 04 de junho de 2025 ocasião que houve amplo debate e abertura sugestões para alterações antes da redação final do presente projeto de resolução que visa revisar o regimento interno.

A presente proposição se amolda dentro das competências da Câmara Municipal de vereadores prevista na Lei Orgânica. Esse projeto além de respeitar a Lei Orgânica e a Constituição. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.


Cleomar Eterno de Campos
Presidente


Daise Martins de Souza
1ª Secretária

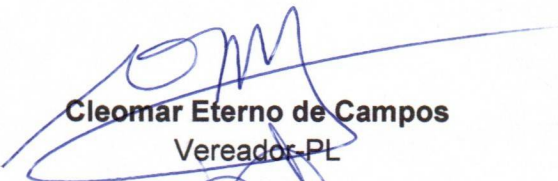

Juliano Antunes
Vice-Presidente


Luiz Augusto Sette
2º Secretário




CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60
ATA REUNIÃO ADMINISTRATIVA

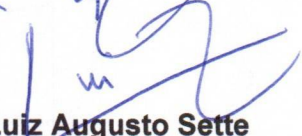
Aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas, na sede da Câmara Municipal de Tapurah, situada à Avenida Paraná, nº 1.725, reuniram-se os senhores vereadores e servidores desta Casa Legislativa, conforme convocação previamente encaminhada, para participarem de reunião administrativa sobre a criação do Código de Ética Parlamentar e revisão do Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah. A reunião foi aberta pelo servidor Procurador Tancredo Vargas Saraiva de Araújo que ressaltou a importância de aprimoramento das normas que regem os trabalhos legislativos desta casa e criação de um código de Ética Parlamentar. Foi apresentado aos parlamentares presentes quais os pontos foram identificados que demandam atualização, revisão ou maior clareza. Passando ao Código de Ética Parlamentar foi pontuado situações de aplicação e explicando o motivo de necessidade de criação de um código de conduta. Ao final das discussões, foram feitos apontamentos que serão incluídos nos projetos para posterior encaminhamento os vereadores para análise antes de apresentação. Estiveram presentes: Tancredo Vargas Saraiva de Araújo, Cleomar Eterno de Campos, Luiz Augusto Sette, Elder Gobbi, Daise Martins de Souza e Paulo Ricardo Barbosa Alves. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.

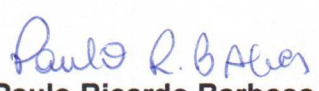

Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Tancredo Vargas Saraiva de Araújo
Procurador


Elder Gobbi
Vereador - Republicanos


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD


Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador - PP



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Projeto de Resolução N° 08/2025, que altera o Regimento Interno - Resolução 87/2014 e dá outras providências.

RELATOR: Daise Martins

RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com o Projeto de Resolução N° 08/2025, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;


2 - LEGALIDADE: O Projeto atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

4 - VOTO: 3 votos favoráveis

5-CONCLUSÃO: A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** ao Projeto de Resolução N° 08/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 11 dias do mês de Junho de 2025.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário


Aelton Antônio Figueiredo
Membro




CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao décimo primeiro dia de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às dezessete horas e trinta minutos reuniu-se esta para **emitir parecer** aos Projetos: **Projeto de Lei Complementar do Legislativo N° 02/2025**, que concede reajuste salarial aos servidores do Poder Legislativo Municipal e altera dispositivos da Lei Complementar 133/2019 (Plano de Cargos e Carreira da Câmara Municipal de Tapurah) e dá outras providências; **Projeto de Lei Ordinária N° 37/2025**, que autoriza o executivo municipal a abrir crédito adicional especial e dá outras providências; **Projeto de Resolução N° 08/2025**, que altera o Regimento Interno - Resolução 87/2014 e dá outras providências; **Projeto de Resolução N° 09/2025**, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Tapurah; **Projeto de Resolução N° 10/2025**, que cria a escola do Legislativo de Tapurah, no âmbito da Câmara Municipal de Tapurah, e dá outras providências; **Emenda Modificativa e Aditiva N° 34/2025**, que autoriza o Poder Executivo a realizar abertura de crédito adicional especial na execução orçamentária do exercício de 2025, na forma que menciona, e dá outras providências. A Presidente Daise Martins como relatora presidiu o seguinte trabalho

EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE: O projeto cumpre todas as normas constitucionais; 2 - LEGALIDADE: O projeto atende a todos os aspectos legais; 3 - REGIMENTALIDADE: O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; 4 - VOTO: (3) três votos favoráveis; 5 - CONCLUSÃO: A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** aos Projetos: **Projeto de Lei Complementar do Legislativo N° 02/2025**, **Projeto de Lei Ordinária N° 37/2025**, **Projeto de Resolução N° 08/2025**, **Projeto de Resolução N° 09/2025**, **Projeto de Resolução N° 10/2025** e **Emenda Modificativa e Aditiva N° 34/2025**. 6 – **PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Daise Martins, Paulo Ricardo, Aelton Figueiredo e Daniele Zottis. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário


Aelton Antonio Figueiredo
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 380/2025
Data: 17/06/2025 - Horário: 08:38
Legislativo - EMD 35/2025

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

Emenda modificativa e aditiva nº 35/2025 ao Projeto de Resolução 08/2025– Altera o Regimento Interno – Resolução 87/2014 - e dá outras providências.

Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Resolução 08/2025.

Autor: Cleomar Eterno de Campos, Juliano Antunes, Daise Martins de Souza, Luiz Augusto Sette, e Paulo Ricardo Barbosa Alves

Art. 1º. Altera o art. 1º para alterar o art. 16, 18 e 97 da Resolução 87/2014 (regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 16, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

.....

.....

Art. 16. (...)

§1º. (...)

§2º. Durante a sessão destinada à eleição da Mesa Diretora para o primeiro ano da legislatura, os trabalhos poderão ser suspenso por 15 (quinze) minutos, a fim de permitir o registro das chapas concorrentes, conforme as disposições do art. 18.

.....

.....

Art. 18. (...)

(...)

§ 1º. A votação será nominal e aberta, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos. A identificação dos candidatos e respectivos cargos deverá constar em cédula impressa ou manuscrita.

(...)

§4º. É vedada a reeleição de qualquer membro da Mesa Diretora, para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

§5º. O registro das chapas deverá ser realizado por meio de protocolo até uma hora antes do início da sessão destinado à eleição da Mesa Diretora.

Por	Unanimidade
Em Sessão de	07 / 07 / 2025
Votos Contrários	0
Votos Favoráveis	8
APPROVADO	
PRESIDENTE	



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

§6º. O nome de um vereador não pode constar em mais de uma chapa, prevalecendo aquela cujo protocolo tiver sido realizado por último, desde que contenha a assinatura de todos os seus membros.

§7º. No caso de registro de chapa que inclua o nome de vereador anteriormente inscrito em outra chapa, ou havendo protocolo de desistência formal do candidato, será permitida a suspensão dos trabalhos da sessão por até 30 (trinta) minutos, a fim de possibilitar à chapa prejudicada a substituição do referido nome.

§8º. Caso, na data da eleição, não haja nenhuma chapa registrada, será permitida a inscrição no momento da sessão, sendo suspenso os trabalhos por até 15 (quinze) minutos para registro da chapa.

§9º. Em caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de presidente for o mais idoso entre os concorrentes.

.....
.....

Art. 97. Terminada a leitura das matérias na pauta, e **votado as matérias no expediente** o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

(...)

§6º. Nas sessões extraordinárias e nas sessões de julgamento das contas de governo ou gestão, o uso da Tribuna disposto neste artigo ficará restrito às matérias em discussão na respectiva sessão.

.....
.....

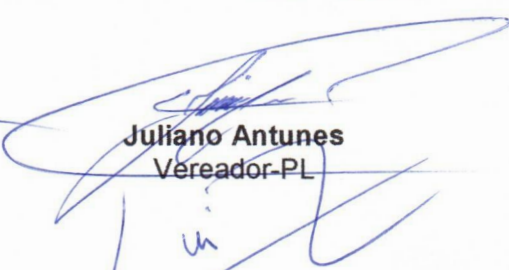
Art. 2º. Os demais dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 permanecem inalterados.

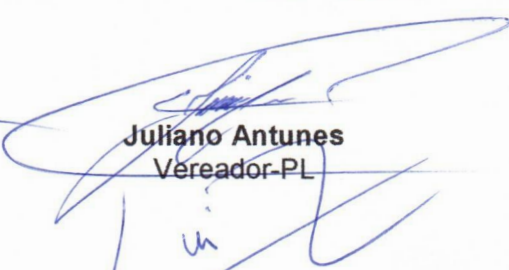
Art. 3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação integrando as alterações ao Projeto de Resolução 08/2025.


Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de junho de 2025.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD


Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador - PP



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

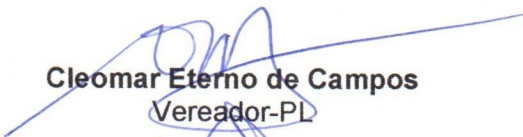
Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

JUSTIFICATIVA


Senhores Vereadores,

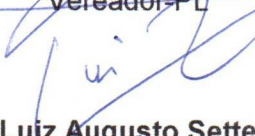
A presente emenda busca fazer adequação quanto ao registro de chapas concorrentes a mesa diretora, bem como a inclusão de restrição de uso da tribuna quanto a matéria em discussão em sessões extraordinárias e de julgamento de contas de governo ou gestão.

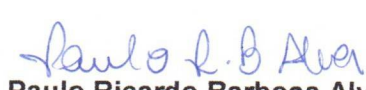
A presente proposição se amolda dentro das competências da Câmara Municipal de vereadores prevista na Lei Orgânica, além de respeitar a Constituição. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD


Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador - PP



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 381/2025
Data: 17/06/2025 - Horário: 13:41
Legislativo - EMD 36/2025

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

Emenda Supressiva nº 36/2025 ao Projeto de Resolução 08/2025– Altera o Regimento Interno – Resolução 87/2014 - e dá outras providências.

Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Resolução 08/2025 para suprimir as alterações proposta para o art. 18 da Resolução 87/2014.

Autor: Elder Gobbi, Aelton Antônio Figueiredo, e Diego Rafael Grendene.

Art. 1º. Altera o art. 1º para suprimir os §§ 5º, 6º e 7º do 18 da Resolução 87/2014 (regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

.....
.....
Art. 18. (...)

(...)

§5º. Suprimido

§6º. Suprimido

§7º. Suprimido.

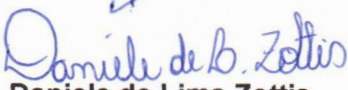
(...)

Art. 2º. Os demais dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 permanecem inalterados.

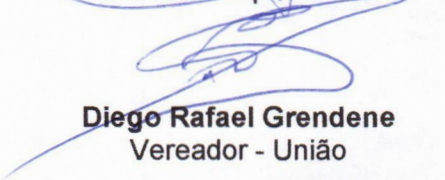
Art. 3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação integrando as alterações ao Projeto de Resolução 08/2025.

Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos dezessete dias do mês de junho de 2025.


Elder Gobbi
Vereador-Republicanos


Daniele de Lima Zottis
Vereadora-Republicanos


Aelton Antônio Figueiredo
Vereador-Republicanos


Diego Rafael Grendene
Vereador - União

Voto Único

REJEITADO	Em <u>07/07/25</u> por <u>5</u> x <u>4</u>
	Votos Contrários <u>5</u>
	Votos Favoráveis <u>4</u>

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

A presente emenda busca suprimir a alteração que veda o vereador a participar de mais uma chapa em disputa para mesa diretora, uma vez que a presente alteração prejudica a democracia e possibilidade do vereador ter mais opções de disputa como presidente de uma chapa, vice-presidente ou secretário em outras, prejudicando possíveis articulações políticas para diferente composições de chapas para mesa diretora.

A presente proposição se amolda dentro das competências da Câmara Municipal de vereadores prevista na Lei Orgânica, além de respeitar a Constituição. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.


Eider Gobbi
Vereador-Republicanos


Daniele de Lima Zottis
Vereadora-Republicanos


Aelton Antônio Figueiredo
Vereador-Republicanos


Diego Rafael Grendene
Vereador - União



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

PARECER JURÍDICO

**Emenda 35/2025 ao Projeto de
Resolução 08/2025.**

Trata-se de apresentação das Emenda 35/2025 em face do projeto de resolução 08/2025 que visa alterar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah – Resolução 087/2014 e dá outras providências.

É o breve relatório.

Em primeiro lugar deve-se mencionar que é de competência privativa da Câmara Municipal a elaboração e votação do Regimento Interno nos termos do artigo 24 e inciso II do parágrafo único do artigo 30 da Lei Orgânica do Município *in verbis*:

Art. 24. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, **compete elaborar o seu Regimento Interno**, dispondo sobre a sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Art. 30. Compete à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:
(...)

§ Único. **Compete privativamente à Câmara Municipal** exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

No que se refere ao procedimento a ser adotado, os artigos 61 e 177 do Regimento Interno disciplinam sobre o assunto:

Art. 61. São atribuições do plenário dentre outras previstas na Lei Orgânica Municipal:
(...)

III - elaborar e modificar o Regimento Interno;

Art. 177. Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa que deverá opinar sobre o assunto.

§1º. A Mesa tem o prazo de cinco dias para emitir parecer.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§2º. Dispensam-se desta tramitação os Projetos oriundos da própria Mesa.

No que se refere a emenda, é possível apresentação de emendas pelas comissões ou de forma individual ou coletivas pelos parlamentares.

O art. 121 do regimento estabelece que as emendas deve ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação, nesse sentido:

Art. 121. Ressalvada a hipótese de estar à proposição em regime de urgência especial ou quando assinada pela maioria absoluta da Câmara não serão recebidas pela Mesa, substitutivos, emendas ou subemendas, quando a mesma tiver sendo discutida em plenário, as quais deverão ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação.

Parágrafo único. Apresentado o substitutivo por comissão competente ou pelo autor, será discutido preferencialmente em lugar do projeto original, sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o plenário deliberará sobre a suspensão da discussão para envio à comissão competente.

A **emenda 35/2025** se trata de emenda de redação, modificativa e aditiva que foi apresentada em 17/06/2025 e foi encaminhada para Comissão de Justiça e Redação em 17/06/2025, tendo a seguinte proposta:

Art. 1º. Altera o art. 1º para alterar o art. 16, 18 e 97 da Resolução 87/2014 (regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 16, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

.....

Art. 16. (...)

§1º. (...)

§2º. Durante a sessão destinada à eleição da Mesa Diretora para o primeiro ano da legislatura, os trabalhos poderão ser suspenso por 15 (quinze) minutos, a fim de permitir o registro das chapas concorrentes, conforme as disposições do art. 18.

.....

Art. 18. (...)

(...)

§ 1º. A votação será nominal e aberta, sendo considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos. A identificação dos candidatos e respectivos cargos deverá constar em cédula impressa ou manuscrita.

(...)

§4º. É vedada a reeleição de qualquer membro da Mesa Diretora, para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

§5º. O registro das chapas deverá ser realizado por meio de protocolo até uma hora antes do início da sessão destinado à eleição da Mesa Diretora.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§6º. O nome de um vereador não pode constar em mais de uma chapa, prevalecendo aquela cujo protocolo tiver sido realizado por último, desde que contenha a assinatura de todos os seus membros.

§7º. No caso de registro de chapa que inclua o nome de vereador anteriormente inscrito em outra chapa, ou havendo protocolo de desistência formal do candidato, será permitida a suspensão dos trabalhos da sessão por até 30 (trinta) minutos, a fim de possibilitar à chapa prejudicada a substituição do referido nome.

§8º. Caso, na data da eleição, não haja nenhuma chapa registrada, será permitida a inscrição no momento da sessão, sendo suspenso os trabalhos por até 15 (quinze) minutos para registro da chapa.

§9º. Em caso de empate, será considerada eleita a chapa cujo candidato ao cargo de presidente dor o mais idoso entre os concorrentes.

.....

.....

Art. 97. Terminada a leitura das matérias na pauta, e **votado as matérias no expediente** o Presidente destinará o tempo restante da hora do expediente ao uso da tribuna, obedecida a seguinte preferência:

(...)

§6º. Nas sessões extraordinárias e nas sessões de julgamento das contas de governo ou gestão, o uso da Tribuna disposto neste artigo ficará restrito às matérias em discussão na respectiva sessão.

.....

.....

Art. 2º. Os demais dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 permanecem inalterados.

.....

Verifica-se a inclusão do §2º ao art. 16 quanto a eleição da mesa diretora no primeiro ano da legislatura, além de adequação do §1º do art. 18 e adequação dos §§4º, 5º 6º, 7º e 8º quanto a vedação de que um vereador conste em mais de uma chapada concorrente a mesa diretora, além de ser feito a inclusão do §6º ao art. 97 para disciplinar o uso da tribunal em sessão extraordinária e de julgamento de contas de governo e gestão.

No que se refere a vedação de um vereador constar em mais de uma chapa concorrente para disputa da mesa diretora, não se trata de uma inovação mas de uma norma interna que já vem sendo aprovado em diversas câmaras municipais como exemplo do Município Vizinho de Lucas do Rio Verde no seu regimento interno¹ no seu art. 13 prevê o seguinte:

Art. 13. As chapas que concorrem à eleição da Mesa Diretora devem ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o 3º (terceiro) dia útil antes da eleição.

¹ **Art. 13** do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde. Disponível m <https://www.cameralucasdorioverde.mt.gov.br/A-Camara/Regimento-Interno/>. Acessado em: 18/06/2025



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§ 1º Só são aceitas e protocoladas as chapas que contiverem os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos respectivos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

§ 2º Cada Vereador só pode participar de uma chapa, e, mesmo em caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.

§ 3º Em caso de desistência justificada e por escrito de concorrente a cargo na chapa protocolada, exceto o que concorra ao cargo de Presidente da Mesa Diretora, aquele concorrente poderá ser substituído em até 30 (trinta) minutos antes da Sessão em que ocorrerá a eleição.

§ 4º Se no dia da eleição, constatar-se até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão, não haver nenhuma chapa inscrita, será aceita inscrição de chapa, independente do disposto no § 3º deste artigo. Não se iniciará a seção sem que haja o protocolo de chapa para os cargos da Mesa Diretora.

§ 5º Solicitado a votar, pelo Presidente, o vereador diz o número da chapa para a qual dá seu voto. Em caso de chapa única diz que vota “sim” se favorável e “não” se desfavorável à eleição da chapa. É facultado o voto branco e vedada a abstenção ou o voto nulo.

Ademais a vedação de que um vereador conste em mais de uma chapa concorrente a mesa diretora segue entendimentos jurisprudenciais e regimentos internos de outras Câmaras como: Câmara Municipal de que no parágrafo único do art. 36² estabelece que é vedado a participação pelo mesmo vereador em mais de uma chapa concorrente a mesa diretora.

Ademais a emenda é de autoria da mesa diretora e mais um vereador fica dispensado emissão de parecer pela mesa diretora conforme o regimento no art. 177 do Regimento interno:

Art. 177. Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa que deverá opinar sobre o assunto.

§1º. A Mesa tem o prazo de cinco dias para emitir parecer.

§2º. Dispensam-se desta tramitação os Projetos oriundos da própria Mesa.

Assim podemos concluir que foi outorgado aos parlamentares o direito de apresentar emendas ao projetos em tramitação, sendo forçoso considerar que as emendas propostas do **ponto de vista jurídico constitucional entendendo pela viabilidade técnica da emenda 35/2025 para alterar o Projeto de Resolução 08/2025.**

²Art. 36. A Mesa Diretora será eleita em votação nominal, mediante formação de chapas, atendidos os requisitos do art. 30.

Parágrafo único. É vedada a participação, pelo mesmo Vereador, em mais de 1 (uma) chapa.

Disponível em : <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3697/text>. Acessado em 18/06/2025



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este **Procurador Legislativo se pronunciar**, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o Parecer.

Tapurah/MT, 18 de junho de 2025.

TANCREDO
VARGAS SARAIVA
DE ARAUJO

Assinado de forma digital por
TANCREDO VARGAS SARAIVA
DE ARAUJO
Dados: 2025.06.18 15:05:15
-04'00'

TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO

Procurador Jurídico
Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

PARECER JURÍDICO

**Emenda 36/2025 ao Projeto de
Resolução 08/2025.**

Trata-se de apresentação da Emenda Supressiva 36/2025 em face do projeto de resolução 08/2025 que visa alterar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Tapurah – Resolução 087/2014 e dá outras providências.

É o breve relatório.

Em primeiro lugar deve-se mencionar que é de competência privativa da Câmara Municipal a elaboração e votação do Regimento Interno nos termos do artigo 24 e inciso II do parágrafo único do artigo 30 da Lei Orgânica do Município *in verbis*:

Art. 24. A Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, **competete elaborar o seu Regimento Interno**, dispondo sobre a sua organização, polícia e provimento de cargos de seus serviços.

Art. 30. Compete à Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente:
(...)

§ Único. **Compete privativamente à Câmara Municipal** exercer as seguintes atribuições, dentre outras:
(...)

II - elaborar o Regimento Interno;

No que se refere ao procedimento a ser adotado, os artigos 61 e 177 do Regimento Interno disciplinam sobre o assunto:

Art. 61. São atribuições do plenário dentre outras previstas na Lei Orgânica Municipal:
(...)

III - elaborar e modificar o Regimento Interno;

Art. 177. Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa que deverá opinar sobre o assunto.
§1º. A Mesa tem o prazo de cinco dias para emitir parecer.



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

§2º. Dispensam-se desta tramitação os Projetos oriundos da própria Mesa.

No que se refere a emenda, é possível apresentação de emendas pelas comissões ou de forma individual ou coletivas pelos parlamentares.

O art. 121 do regimento estabelece que as emendas deve ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação, nesse sentido:

Art. 121. Ressalvada a hipótese de estar à proposição em regime de urgência especial ou quando assinada pela maioria absoluta da Câmara não serão recebidas pela Mesa, substitutivos, emendas ou subemendas, quando a mesma tiver sendo discutida em plenário, as quais deverão ser apresentadas até vinte e quatro horas antes do início da sessão para fins de publicação.

Parágrafo único. Apresentado o substitutivo por comissão competente ou pelo autor, será discutido preferencialmente em lugar do projeto original, sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o plenário deliberará sobre a suspensão da discussão para envio à comissão competente.

A **emenda 36/2025** se trata de emenda de supressiva que foi apresentada em 17/06/2025 e foi encaminhada para Comissão de Justiça e Redação em 17/07/2025, tendo a seguinte proposta:

Art. 1º. Altera o art. 1º para suprimir os §§ 5º, 6º e 7º do 18 da Resolução 87/2014 (regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

.....
.....

Art. 18. (...)

(...)

§5º. Suprimido

§6º. Suprimido

§7º. Suprimido.

(...)

Art. 2º. Os demais dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 permanecem inalterados.

Verifica-se a proposta de supressão dos §§ 5, 6º e 7º quanto a vedação de que um vereador conste em mais de uma chapada concorrente a mesa diretora, a proposta dos vereadores entende que a vedação de uma vereador integrar mais de uma chapa concorrente prejudica a democracia e possibilidade do vereador ter mais opções de disputa como presidente em uma chapa, vice-presidente ou secretário em outras,



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

prejudicando possíveis articulações políticas para diferentes composições de chapas para mesa diretora.

Conforme já abordado no parecer jurídico quanto a emenda 36/2025 a vedação de um vereador compor mais de uma chapa já vem aplicado em diversas câmaras municipais como exemplo do Município Vizinho de Lucas do Rio Verde no seu¹ no seu art. 13 do regimento interno que prevê o seguinte:

Art. 13. As chapas que concorrem à eleição da Mesa Diretora devem ser apresentadas e protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal até o 3º (terceiro) dia útil antes da eleição.

§ 1º Só são aceitas e protocoladas as chapas que contiverem os nomes completos e assinaturas dos candidatos aos respectivos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário.

§ 2º Cada Vereador só pode participar de uma chapa, e, mesmo em caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra.

§ 3º Em caso de desistência justificada e por escrito de concorrente a cargo na chapa protocolada, exceto o que concorra ao cargo de Presidente da Mesa Diretora, aquele concorrente poderá ser substituído em até 30 (trinta) minutos antes da Sessão em que ocorrerá a eleição.

§ 4º Se no dia da eleição, constatar-se até 30 (trinta) minutos antes do início da sessão, não haver nenhuma chapa inscrita, será aceita inscrição de chapa, independente do disposto no § 3º deste artigo. Não se iniciará a sessão sem que haja o protocolo de chapa para os cargos da Mesa Diretora.

§ 5º Solicitado a votar, pelo Presidente, o vereador diz o número da chapa para a qual dá seu voto. Em caso de chapa única diz que vota “sim” se favorável e “não” se desfavorável à eleição da chapa. É facultado o voto branco e vedada a abstenção ou o voto nulo.

Ademais a vedação de que um vereador conste em mais de uma chapa concorrente a mesa diretora segue entendimentos jurisprudenciais e regimentos internos de outras Câmaras como: Câmara Municipal de Fortaleza que no parágrafo único do art. 36² estabelece que é vedado a participação pelo mesmo vereador em mais de uma chapa concorrente a mesa diretora.

¹ Art. 13 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde. Disponível em <https://www.cameralucasdoriorverde.mt.gov.br/A-Camara/Regimento-Interno/>. Acessado em: 18/06/2025

² Regimento Interno Câmara Municipal de Fortaleza

Art. 36. A Mesa Diretora será eleita em votação nominal, mediante formação de chapas, atendidos os requisitos do art. 30.

Parágrafo único. É vedada a participação, pelo mesmo Vereador, em mais de 1 (uma) chapa. Disponível em : <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3697/text>. Acessado em 18/06/2025



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – MUNICÍPIO DE TAPURAH – MT
TEL: (066) 99216-3119

Como a emenda é de 04 vereadores (Elder Gobbi, Aelton Antônio Figueiredo, Daniele de Lima Zottis e Diego Rafael Grendene se faz necessário emissão de parecer pela mesa diretora conforme o regimento no art. 177 do Regimento interno:

Art. 177. Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno depois de lido em plenário, será encaminhado à Mesa que deverá opinar sobre o assunto.

§1º. A Mesa tem o prazo de cinco dias para emitir parecer.

§2º. Dispensam-se desta tramitação os Projetos oriundos da própria Mesa.

Assim podemos concluir que foi outorgado aos parlamentares o direito de apresentar emendas ao projetos em tramitação, sendo forçoso considerar que as emendas propostas do **ponto de vista jurídico constitucional entendendo pela viabilidade técnica da emenda 36/2025 para suprimir dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025.**

No que se refere ao mérito do referido Projeto não cabe este Procurador Legislativo se pronunciar, uma vez que caberá aos vereadores, no uso da função legislativa, verificar a viabilidade e necessidade de aprovação, devendo ser respeitada para tanto, as formalidades legais e regimentais.

É o Parecer.

Tapurah/MT, 18 de junho de 2025.

**TANCREDO
VARGAS SARAIVA
DE ARAUJO**
TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAÚJO
Procurador Jurídico
Portaria 09/2016 – OAB/MT 18697

Assinado de forma digital
por TANCREDO VARGAS

SARAIVA DE ARAUJO

Dados: 2025.06.18

15:16:37 -04'00'



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Emenda modificativa e aditiva nº 35/2025, que altera o art. 1º do Projeto de Resolução 08/2025.

RELATOR: Daise Martins

RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com a **Emenda modificativa e aditiva nº 35/2025**, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;

2 - LEGALIDADE: O Projeto atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

4 - VOTO: 2 votos favoráveis

5-CONCLUSÃO: A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** a **Emenda modificativa e aditiva nº 35/2025**.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 18 dias do mês de Junho de 2025.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário

Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao décimo oitavo dia de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às dezessete horas e trinta minutos reuniu-se esta para **emitir parecer** aos Projetos: **Projeto de Lei Ordinária N° 38/2025**, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convenio com a associação tapuraense esporte clube - ATEC e dá outras providências; **Projeto De Lei Complementar N° 20/2025**, que alteram as leis complementares 033/2012 e 193/2022 e dá outras providências; **Emenda modificativa e aditiva n° 35/2025**, que altera o art. 1° do Projeto de Resolução 08/2025 e **Emenda Supressiva n° 36/2025**, que altera o art. 1° do Projeto de Resolução 08/2025 para suprimir as alterações proposta para o art. 18 da Resolução 87/2014; **Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 02/2025**, que Altera dispositivos da Lei Orgânica Municipal. A Presidente Daise Martins como relatora presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (2) dois votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** aos Projetos: **Projeto de Lei Ordinária N° 38/2025; Projeto De Lei Complementar N° 20/2025; Emenda modificativa e aditiva n° 35/2025, Emenda Supressiva n° 36/2025 e Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 02/2025.** **6 – PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Daise Martins, Paulo Ricardo, Daniele Zottis e Cleomar Eterno. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário

Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ASSUNTO: Emenda Supressiva nº 36/2025, que altera o art. 1º do Projeto de Resolução 08/2025 para suprimir as alterações proposta para o art. 18 da Resolução 87/2014.

RELATOR: Daise Martins

RELATÓRIO: A Comissão de Justiça e Redação entra em plenário com a **Emenda Supressiva nº 36/2025**, solicitando apoio na aprovação do mencionado Projeto.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: O Projeto cumpre todas as normas constitucionais;


2 - LEGALIDADE: O Projeto atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: O Projeto atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

4 - VOTO: 2 votos favoráveis

5-CONCLUSÃO: A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** a **Emenda Supressiva nº 36/2025**.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 18 dias do mês de Junho de 2025.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário

Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

ATA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao décimo oitavo dia de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na Sede da Câmara Municipal de Tapurah, estado de Mato Grosso, situado à Avenida Paraná, 1.725, às dezessete horas e trinta minutos reuniu-se está para **emitir parecer** aos Projetos: **Projeto de Lei Ordinária N° 38/2025**, que autoriza o executivo municipal a firmar termo de convenio com a associação tapuraense esporte clube - ATEC e dá outras providências; **Projeto De Lei Complementar N° 20/2025**, que alteram as leis complementares 033/2012 e 193/2022 e dá outras providências; **Emenda modificativa e aditiva n° 35/2025**, que altera o art. 1° do Projeto de Resolução 08/2025 e **Emenda Supressiva n° 36/2025**, que altera o art. 1° do Projeto de Resolução 08/2025 para suprimir as alterações proposta para o art. 18 da Resolução 87/2014; **Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 02/2025**, que Altera dispositivos da Lei Orgânica Municipal. A Presidente Daise Martins como relatora presidiu o seguinte trabalho **EXAME DA MATÉRIA: 1 - CONSTITUCIONALIDADE:** O projeto cumpre todas as normas constitucionais; **2 - LEGALIDADE:** O projeto atende a todos os aspectos legais; **3 - REGIMENTALIDADE:** O projeto atende a todas as normas de trâmite Regimental; **4 - VOTO:** (2) dois votos favoráveis; **5 - CONCLUSÃO:** A Comissão de Justiça e Redação emite **parecer favorável** aos Projetos: **Projeto de Lei Ordinária N° 38/2025; Projeto De Lei Complementar N° 20/2025; Emenda modificativa e aditiva n° 35/2025, Emenda Supressiva n° 36/2025 e Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal n° 02/2025.** **6 – PRESENÇA:** Juliano Antunes, Luiz Augusto Sette, Daise Martins, Paulo Ricardo, Daniele Zottis e Cleomar Eterno. Nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião.


Daise Martins
Presidente


Juliano Antunes
Secretário

Aelton Antônio Figueiredo
Membro



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA MESA DIRETORA

ASSUNTO: Proposta de Emenda 35/2025, Altera dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 – Altera dispositivos do Regimento Interno.

RELATÓRIO: A Mesa Diretora em reunião para discussão da emenda de redação, aditiva e modificativa 35/2025 ao projeto de resolução 08/2025 entendendo pela legalidade das propostas apresentadas para inclusão do §2º ao art. 16 quanto a eleição da mesa diretora no primeiro ano da legislatura, além de adequação do §1º do art. 18 e adequação dos §§4º, 5º 6º, 7º e 8º quanto a vedação de que um vereador conste em mais de uma chapada concorrente a mesa diretora, além de ser feito a inclusão do §6º ao art. 97 para disciplinar o uso da tribunal em sessão extraordinária e de julgamento de contas de governo e gestão.

A vedação de um vereador constar em mais de uma chapa concorrente para disputa da mesa diretora, entendemos pela legalidade e moralidade pois não se trata inovação, mas de uma norma interna que já vem sendo aprovado em diversas câmaras municipais como exemplo de Lucas do Rio Verde no art. 13 do regimento interno de Câmara Municipal de Fortaleza no seu art. 36.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: A proposta de emenda cumpre todas as normas constitucionais;

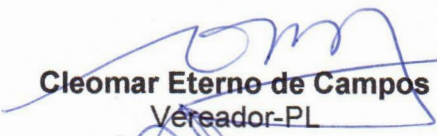
2 - LEGALIDADE: A proposta de emenda atende a todos os aspectos legais;


3 - REGIMENTALIDADE: A proposta atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;

4 - VOTO: 4 votos favoráveis

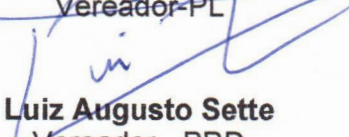
5-CONCLUSÃO: A Mesa Diretora emite parecer favorável a tramitação da proposta de emenda 35/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 20 dias do mês de Junho de 2025.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

PARECER DA MESA DIRETORA

ASSUNTO: Proposta de Emenda 36/2025, Suprime dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 – Altera dispositivos do Regimento Interno.

RELATÓRIO: A Mesa Diretora em reunião para discussão da emenda supressiva 36/2025 ao projeto de resolução 08/2025 entendendo pela legalidade das propostas apresentadas de supressão aos §§5º, 6º e 7º do art. 18 do Regimento Interno.

EXAME DA MATÉRIA

1 - CONSTITUCIONALIDADE: A proposta de emenda cumpre todas as normas constitucionais;

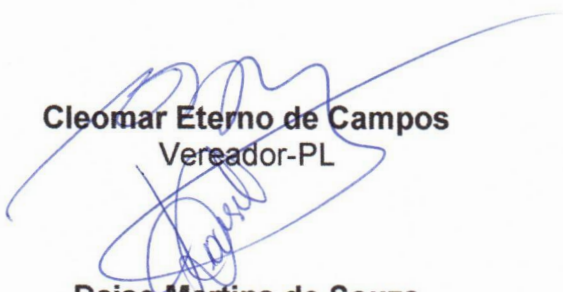
2 - LEGALIDADE: A proposta de emenda atende a todos os aspectos legais;

3 - REGIMENTALIDADE: A proposta atendeu a todas as normas de trâmite Regimental;


4 - VOTO: 4 votos favoráveis

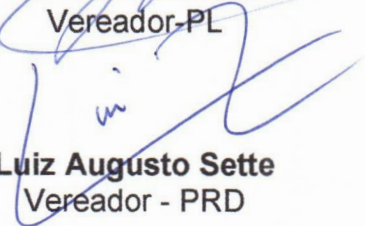
5-CONCLUSÃO: A Mesa Diretora emite **parecer favorável** a tramitação da proposta de emenda 36/2025.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 20 dias do mês de Junho de 2025.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Câmara Municipal de Tapurah
33.005.083/0001-60



PROTOCOLO GERAL 425/2025
Data: 08/07/2025 - Horário: 13:47
Legislativo - EMD 43/2025

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

Emenda modificativa e aditiva nº 43/2025 ao Projeto de Resolução 08/2025– Altera o Regimento Interno – Resolução 87/2014 - e dá outras providências.

Ementa: Altera o art. 1º do Projeto de Resolução 08/2025.

Autor: Cleomar Eterno de Campos, Juliano Antunes, Daise Martins de Souza, Luiz Augusto Sette, e Paulo Ricardo Barbosa Alves

Art. 1º. Altera o art. 1º para alterar o art. 53, 79, 141, 159 e 160 da Resolução 87/2014 (regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Altera os artigos 3º, 4º, 6º, 11, 16, 18, 31, 34, 44, 47, 53, 54-C, 63, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 86, 89, 91, 95, 96, 97, 99, 111, 141, 146, 159, 160, 170, 174, 181, 182, 188 da Resolução 87/2014 (Regimento Interno), passando a ter a seguinte redação:

(...)

Art. 53. Conforme previsto na Lei Orgânica, ao final de cada sessão legislativa, a Câmara elegerá, por **voto secreto** e entre seus membros, uma Comissão Representativa. Essa comissão deverá refletir, na medida do possível, a proporcionalidade partidária da Casa e atuará durante os períodos de recesso das sessões legislativas ordinárias.

.....

.....

Art. 79. A renúncia do Vereador deverá ser formalizada por escrito, mediante documento dirigido à Câmara e devidamente protocolado. A vaga será considerada aberta independentemente de deliberação plenária, devendo o teor do pedido ser lido em sessão pública ou publicado no portal oficial ou no diário oficial adotado pelo Poder Legislativo.

§1º. Considera-se, também, haver renunciado:

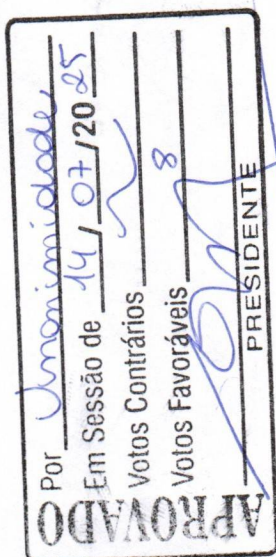
I - O Vereador que se recusar a prestar o compromisso do §6º do art. 6º deste Regimento; e

II – O vereador que, convocado, não se apresentar para tomar posse e entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

§2º. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada de ofício pelo Presidente após o protocolo do respectivo pedido, ou nos casos previstos no §1º deste artigo.

.....

.....





CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

Art. 141. (...)

(...)

II – declaração de perda do mandato de seus membros e do Prefeito, mediante votação secreta, nos casos previstos em lei.

.....

.....

Art. 159. O Prefeito considerando o projeto no todo ou em parte inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público vetá-lo-á total ou parcialmente no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento da matéria e comunicará dentro de quarenta e oito horas o Presidente da Câmara, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria dos Vereadores em **votação secreta**.

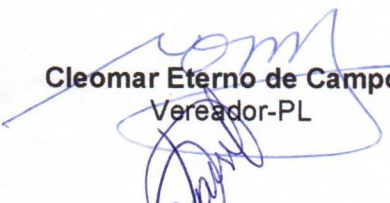
(...)

Art. 160. A apreciação de veto pelo plenário da Câmara será dentro de trinta dias, contados da data de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pela maioria absoluta dos Vereadores em **votação secreta**.

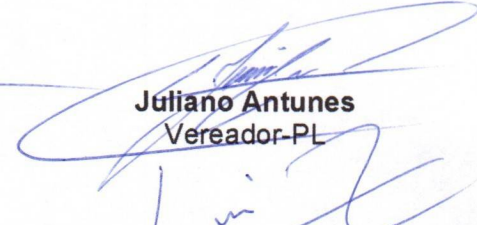
Art. 2º. Os demais dispositivos do Projeto de Resolução 08/2025 permanecem inalterados.

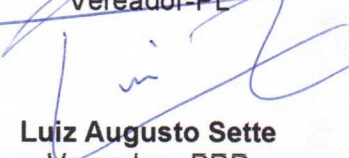
Art. 3º. Esta emenda entra em vigor na data de sua aprovação integrando as alterações ao Projeto de Resolução 08/2025.

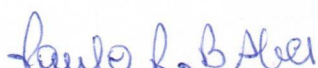
Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos oito dias do mês de julho de 2025.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD


Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador - PP



CÂMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083/0001-60

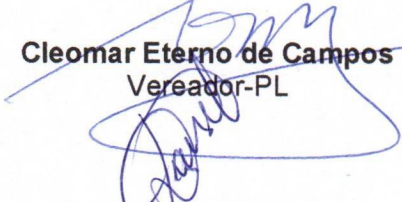
Avenida Paraná, 1.725 – CENTRO- CEP 78.573-000 – TAPURAH/MT
TEL: (66) 99216-3119 e-mail: administrativo@tapurah.mt.leg.br site: www.tapurah.mt.leg.br

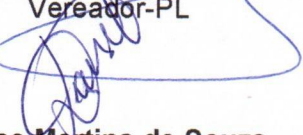
JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores,

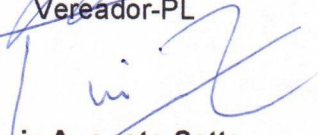
A presente emenda busca fazer adequação de redação no Regimento Interno tendo em vista que como houve a rejeição do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2025 se faz necessário adequação dos dispositivos quanto a previsão de votação secreta que será mantido em determinadas hipóteses conforme previsão na Lei Orgânica Municipal, além de adequação em situações de renúncia.

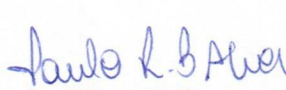
A presente proposição se amolda dentro das competências da Câmara Municipal de vereadores prevista na Lei Orgânica, além de respeitar a Constituição. Por isso a colaboração de todos os vereadores para aprovação desse projeto de lei é de extrema importância.


Cleomar Eterno de Campos
Vereador-PL


Daise Martins de Souza
Vereadora-PL


Juliano Antunes
Vereador-PL


Luiz Augusto Sette
Vereador - PRD


Paulo Ricardo Barbosa Alves
Vereador - PP